



FUNDAÇÃO
ÁFRICA-
EUROPA

Governança dos oceanos e economia azul: Uma agenda emergente para a parceria África- Europa

Reforçar a cooperação entre África e a Europa no domínio da governação dos oceanos e economia azul e forjar uma visão mutuamente benéfica para os dois continentes até 2030.

“O oceano não nos divide, liga-nos.”

— O lema das ilhas do Pacífico



Índice

Resumo executivo	4
Introdução e contextualização.	7
Metodologia	8
SECÇÃO 1 Ponto da situação da governação dos oceanos e da economia azul em África e na Europa	10
1.1 Governação dos oceanos e economia azul	11
1.2 Contexto multilateral	11
1.3 Governação dos oceanos e economia azul: Quadro político e prioridades para África	13
1.4 Reforçar os esforços conjuntos e a cooperação em África	17
1.5 Governação dos oceanos e economia azul: Quadro de políticas e prioridades para a Europa	18
1.6 Conceber uma parceria África-Europa para os oceanos	20
1.7 Análise comparativa das prioridades e potencial agenda comum	24
SECÇÃO 2 Avaliação	27
2.1 Gerir o oceano de forma sustentável e equitativa	28
2.2 Melhorar a governação dos oceanos	29
2.3 Impulsionar a agência África-Europa num contexto geopolítico em mutação	29
2.4 Aumentar a liderança de governação política e administrativa	31
2.5 Melhorar o clima de investimento e as oportunidades de negócio	31
2.6 Compreender a multiplicidade de intervenientes	32
2.7 Ação coletiva para preservar a biodiversidade dos oceanos e combater as alterações climáticas	33
2.8 A segurança marítima deve estar na base da parceria oceânica África-Europa	35
2.9 O conceito emergente do Indo-Pacífico	35
SECÇÃO 3 Áreas de ação	37
3.1 Potenciais áreas de ação para orientar o Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos	38
3.2 Potenciais áreas de ação para orientar a Parceria África-Europa no domínio da governação dos oceanos	40
3.2.1 Regulamentos e políticas públicas para uma melhor governação dos oceanos	40
3.2.2 Reforço das capacidades e inovação	42
3.2.3 Economia azul para uma prosperidade partilhada	44
3.2.4 Conscientização do domínio marítimo	46
3.2.5 Clima e biodiversidade: permitir soluções positivas para a natureza	47
FONTES	50

Este documento reflete as opiniões apenas dos autores e a Comissão Europeia não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser dada às informações aqui incluídas.

Resumo executivo

O presente relatório de definição de âmbito delinea formas de reforçar a cooperação entre África e a Europa no domínio da governação dos oceanos e economia azul, a partir das quais se pode forjar um roteiro mutuamente benéfico para os dois continentes, em conformidade com a Agenda 2030 da ONU e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da UA. O relatório mostra como o oceano tem facilitado as ligações entre África e a Europa de múltiplas formas, incluindo o comércio, o investimento e os intercâmbios culturais, contribuindo para o desenvolvimento económico de ambos os continentes, apoiado por vastas zonas marítimas comuns e tradições oceânicas.

O relatório de definição de âmbito sublinha a fragmentação da cooperação África-Europa no domínio dos oceanos e destaca a necessidade de uma estratégia mais coordenada. O relatório apela a uma maior responsabilidade global conjunta e a uma ação coordenada para reforçar a governação internacional dos oceanos. Este apelo a uma ação conjunta sobre questões relacionadas com os oceanos já foi afirmado na Declaração de Abidjan emitida após a 5.ª Cimeira UA-UE em 2017 e repetido no Comunicado adotado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UA e da UE quando se reuniram em janeiro de 2019. A declaração final da 6.ª Cimeira UA-UE refere que os líderes africanos e europeus “se comprometem a trabalhar no sentido de posições mais convergentes em fóruns multilaterais para reduzir as desigualdades globais, reforçar a solidariedade, promover a cooperação internacional, combater e mitigar as alterações climáticas e melhorar a prestação de 'bens públicos globais', em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da UA”.

O relatório de definição do âmbito identifica um conjunto de conclusões fundamentais para ajudar a definir o futuro da parceria:

- A hidrosfera, incluindo os ecossistemas e recursos oceânicos, é um dos sistemas mais interligados e complexos do nosso planeta. Transcendendo as fronteiras nacionais, 60% do oceano está fora da jurisdição dos Estados individuais.
- A governação dos oceanos e a economia azul representam domínios estratégicos para a cooperação, mas ainda não se tornaram centrais para a parceria África-Europa, sendo

o ODS 14 (“Proteger a vida marinha”) o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável com menos recursos.

- Em 2021, totalizou 2,08 mil milhões de dólares americanos, o que equivale a menos de 1% da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) mundial (= 0,68%). Para África, em 2021 a APD para o ODS 14 totalizou 469,02 milhões de dólares americanos, o equivalente a 3% da APD total que África recebeu.
- O oceano está a tornar-se cada vez mais importante do ponto de vista geopolítico. As atuais mudanças na geopolítica e na economia, bem como as crises interligadas do clima e da biodiversidade, vieram realçar a importância dos nossos oceanos. Constituem uma oportunidade para África e a Europa trabalharem como parceiros em questões relacionadas com os oceanos. Juntos, os dois continentes poderão lutar por uma economia azul sustentável, justa e equitativa, em benefício das pessoas e do nosso planeta.
- A governação dos oceanos, o desenvolvimento de estratégias para a economia azul e os mecanismos de execução conjunta podem reforçar a parceria África-Europa, apoiando a prosperidade humana coletiva e o desenvolvimento sustentável e tirando partido da riqueza combinada de conhecimentos e experiências de ambos os continentes.

Embora exista um enorme potencial de cooperação reforçada entre África e a Europa no que respeita à governação dos oceanos e à economia azul, há também desafios significativos a superar. Em primeiro lugar, para que esta parceria seja bem sucedida, deve demonstrar benefícios mútuos e equitativos. As partes interessadas africanas e europeias devem desempenhar papéis iguais e partilhar os encargos e os benefícios de quaisquer iniciativas e ações.

Uma parceria África-Europa no domínio dos oceanos, concebida em conjunto, será crucial para reforçar a governação dos oceanos e inverter a crise climática e da biodiversidade, nomeadamente em questões como a sobrepesca e a poluição marinha. Para tal, será necessário estabelecer uma verdadeira cooperação entre a Europa e África, tendo em conta as prioridades de cada um, reconhecendo as assimetrias entre os dois continentes e

reforçando a confiança para promover uma parceria vantajosa para todos.

O relatório oferece dois conjuntos de áreas de ação, sendo o primeiro relevante para o futuro trabalho do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governança dos Oceanos, uma plataforma de diálogo multilateral recentemente criada, acolhida pela AEF com o apoio financeiro da Comissão Europeia, e o segundo, dirigido à comunidade dos oceanos em geral, a ser catalisado através de uma Parceria África-Europa reforçada. Estas recomendações centram-se em cinco áreas abrangentes: (1) regulamentos e políticas públicas, (2) reforço das capacidades e inovação; (3) criação de uma prosperidade partilhada a partir da economia azul, (4) conscientização do domínio marítimo e (5) procura de ações baseadas no oceano para fazer face às crises climática e da biodiversidade. Em cada área, a ação deve ser apoiada pela inclusão das mulheres e dos jovens como pilares fundamentais da parceria.

Entre as recomendações do relatório, quatro são da maior importância para reforçar a parceria África-Europa no domínio da governação dos oceanos e economia azul.

Monitorizar os progressos para avaliar a eficácia: É evidente a necessidade de acompanhar o progresso e avaliar a eficácia das iniciativas e ações existentes. Isto ajudará a parceria a alcançar os resultados desejados e a garantir que os ajustes necessários são efetuados rapidamente. No futuro, seria útil efetuar uma análise das iniciativas existentes/anteriores sobre a governação dos oceanos e a economia azul que poderiam ser reproduzidas ao nível África-Europa.

Capacitação e prestação de assistência técnica: Com base nos conhecimentos especializados da Europa e nos ensinamentos obtidos, a parceria deve oferecer assistência técnica e reforço das capacidades aos países africanos para ajudar a desenvolver quadros de governação dos oceanos

adaptados à sua situação. Isto inclui a prestação de formação, a partilha de boas práticas e a facilitação do intercâmbio de conhecimentos entre os dois continentes. Como tal, o relatório de definição de âmbito recomenda uma análise das oportunidades de parceria com maior potencial de aprendizagem mútua e de benefícios conjuntos, em que a Europa possa aprender com África e em que África possa aprender com a Europa.

Contribuir para a criação de Centros Regionais de Excelência em África: O relatório de definição de âmbito destaca formas de aproveitar os compromissos políticos da União Africana, incluindo a sua ambição de criar Centros Regionais de Excelência. Estes centros poderão servir de pontos focais para a investigação, a formação e o reforço das capacidades em matéria de governação sustentável dos oceanos e de práticas da economia azul. Poderão também facilitar a partilha de conhecimentos e a colaboração entre as partes interessadas na região, em África e na Europa, promovendo assim o desenvolvimento de uma mão de obra qualificada e fomentando a inovação na economia azul. Estes centros poderão constituir uma plataforma para o intercâmbio das melhores práticas e dos ensinamentos obtidos, a fim de informar as decisões políticas e melhorar a eficácia das iniciativas de governação dos oceanos.

Convocar uma Conferência Ministerial UA-UE sobre a governação dos oceanos e a economia azul: A África e a Europa poderiam reunir os líderes dos dois continentes para elevar a fasquia política e financeira no que diz respeito ao oceano. A Conferência Ministerial poderia ser apoiada pelos trabalhos do Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos, a fim de fazer avançar as prioridades continentais, procurar um consenso e mobilizar uma abordagem da Equipa Europa em benefício da parceria transcontinental.

Análise comparativa das prioridades e potencial agenda comum

Sendo ambos continentes rodeados por uma das mais importantes biodiversidades marinhas do mundo, rotas comerciais marítimas estratégicas, recursos aquáticos abundantes e ativos de carbono azul, África e a Europa devem orientar a governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul através de políticas de impacto que cumpram

os objetivos globais e continentais.

Com base em prioridades pré-identificadas para África e a Europa, o relatório de definição de âmbito destaca questões de interesse comum a explorar para reforçar a cooperação África-Europa. A tabela seguinte ilustra este facto.

Prioridades UE-África pré-identificadas para o trabalho conjunto	Prioridades da UA consagradas na estratégia de economia azul e na Agenda 2063	Prioridades da UE consagradas no Relatório sobre a Economia Azul 2022 e na Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos	Interesse partilhado em trabalhar em conjunto nas seguintes questões
Economia azul circular, resiliente às alterações climáticas e com baixo teor de carbono.	Sustentabilidade ambiental, alterações climáticas e infraestruturas costeiras.	Aplicação do Acordo de Paris e mitigação dos oceanos, conservação de 10% das zonas marinhas e costeiras, economia azul circular, contabilização dos ecossistemas e tratamento das águas residuais com soluções baseadas na natureza.	Interesse partilhado em trabalhar para uma economia azul justa e sustentável, com especial incidência na salvaguarda do ambiente natural, na conservação da biodiversidade e no reforço da resiliência climática através de soluções baseadas na natureza.
Aquacultura	Pesca, aquacultura e conservação dos ecossistemas.	Combater a pesca ilegal e promover a gestão sustentável dos recursos alimentares dos oceanos a nível mundial, proibir os subsídios prejudiciais à pesca, melhorar e reforçar a gestão regional das pescas.	Interesse partilhado em trabalhar para o desenvolvimento de uma aquacultura e pesca sustentáveis com claros benefícios para a natureza e para as pessoas.
Investigação, inovação e dados sobre os oceanos e digitalização e transferência de tecnologia.	Políticas baseadas no conhecimento, integração do planeamento, maior cooperação em matéria de dados.	Melhorar a coordenação e a cooperação entre organizações internacionais e lançar parcerias oceânicas para a gestão dos oceanos, o reforço das capacidades, o investimento na inovação e ciência “azul”, a investigação internacional sobre os oceanos, as parcerias científicas e de inovação, a observação dos oceanos, os dados e a contabilização marinha.	Interesse partilhado na inovação e na modernização dos setores tradicionais dos oceanos com a melhor investigação, dados disponíveis e conhecimentos locais.
Ordenamento do espaço marítimo e gestão baseada nos ecossistemas.	Melhoria da governação; Promoção da paz e da segurança a nível continental	Preencher as lacunas do quadro internacional de governação dos oceanos, promover a gestão eficaz das áreas marinhas protegidas (AMP), garantir a segurança e a proteção dos mares e oceanos.	Interesse comum em trabalhar no sentido de melhorar e reforçar a governação dos oceanos e a eficácia da gestão, incluindo a Agenda 30x30, assente nos princípios do desenvolvimento e da segurança.
Concorrência leal entre a UE e os produtores de produtos do mar de países terceiros.	Governação, instituições e ações sociais.	Melhorar a coordenação e a cooperação entre organizações internacionais e lançar parcerias oceânicas para a gestão dos oceanos.	Interesse comum em trabalhar em prol de um futuro justo e equitativo, assente numa melhor governação dos oceanos.
Inclusão e competências.	Agência e liderança de mulheres e jovens.	Desenvolver novas formas de governação e colaboração para envolver os cidadãos, especialmente os jovens (Coligação EU4Ocean).	Interesse partilhado em trabalhar em prol de ações sociais, assente na inclusão, com especial destaque para os jovens e as mulheres.
Investimento relacionado com os oceanos: parceria público-privada e empreendedorismo.	Expedição, transporte e comércio. Energia sustentável, minerais de extração, gás, indústrias inovadoras.	Energias renováveis marinhas, fontes emergentes de energia oceânica, atividades e infraestruturas portuárias, construção e reparação naval, transporte marítimo.	Interesse partilhado em trabalhar no sentido de criar um ambiente propício aos oceanos e condições favoráveis às empresas e às parcerias público-privadas.

Introdução e contextualização.

A governação dos oceanos e a economia azul representam um domínio estratégico de cooperação que ainda não está no centro da parceria África-Europa. O ODS 14 (“Proteger a vida marinha”) é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável com menos recursos, tendo recebido apenas 0,68% do financiamento para fins de desenvolvimento em 2021, de acordo com a [Plataforma de dados da OCDE sobre os aspetos financeiros relacionados com os oceanos \(shinyapps.io\)](#). O oceano tem de ser gerido para o bem de todos, incluindo as gerações futuras, porque a sua utilização traz benefícios e desafios mútuos.

O oceano tem facilitado a ligação entre África e a Europa de várias formas, incluindo o comércio, o investimento e os intercâmbios culturais, contribuindo para o desenvolvimento e o progresso destes dois continentes e conferindo-lhes uma ligação natural sustentada por vastas zonas marítimas e tradições oceânicas comuns.

Do ponto de vista institucional, a parceria África-Europa não só foi reforçada e definida através de compromissos políticos e normativos ao nível da União Europeia (UE) e da União Africana (UA), como também avançou a nível bilateral e multilateral, em que agendas políticas mais vastas serviram de plataformas para a cooperação em matéria de comércio, desenvolvimento, segurança e questões relacionadas com a gestão dos recursos naturais e das alterações climáticas.

A parceria transcontinental, dedicada a desenvolver uma visão partilhada das relações África-Europa num mundo cada vez mais interligado e multipolar, visa reforçar a cooperação económica e apoiar o desenvolvimento sustentável, promovendo simultaneamente a paz, a segurança, os valores democráticos, a prosperidade e a dignidade humana.

A hidrosfera, incluindo os ecossistemas e recursos oceânicos, é um dos sistemas mais interligados e complexos do nosso planeta, transcende as fronteiras nacionais e 60% dos oceanos estão fora da jurisdição dos Estados individuais. Por conseguinte, a responsabilidade global e a ação internacional coordenada são essenciais para a gestão dos oceanos e para promover uma governação internacional dos oceanos (GIO) sólida e coerente.

Em 2000, realizou-se no Cairo, Egipto, a 1.ª Cimeira da União Africana – União Europeia (UA-UE), que estabeleceu formalmente a parceria entre os dois continentes. Desde então, a cooperação tem-se pautado pela [Estratégia Conjunta](#)

[África-UE](#) inicialmente adotada em 2007. Durante mais de vinte anos, os líderes africanos e europeus reuniram-se em diferentes formatos para enfrentar os desafios da época, redefinir a parceria e rever as prioridades políticas comuns.

Neste contexto, na 5.ª Cimeira UE-UA, em 2017, os dirigentes adotaram a “Declaração de Abidjan”, na qual se comprometeram a “reforçar a [sua] cooperação e parceria (...) para fazer face à exploração ilegal e à gestão insustentável dos recursos naturais, ao impacto das alterações climáticas e à segurança marítima”. Comprometeram-se igualmente a “promover um capital público e privado responsável e sustentável (...). Este capital centrar-se-á em setores de valor acrescentado, de investimento humano e de competências com o maior potencial de criação de emprego sustentável e de desenvolvimento sustentável e resiliente às alterações climáticas com baixas emissões, tais como (...) a economia dos oceanos”.

Em janeiro de 2019, na sequência do compromisso assumido em Abidjan, realizou-se em Bruxelas a primeira reunião ministerial anual da UE-União Africana. O comunicado conjunto afirma que: “Os Ministros comprometeram-se a reforçar o diálogo político conjunto de alto nível para adotar uma abordagem mais coordenada e posições convergentes nas negociações internacionais. Acordaram em continuar a implementar e a cooperar em prioridades como o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o financiamento do desenvolvimento, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da UA. Um quadro mundial para a biodiversidade pós-2020, a governação dos oceanos, (...) são, entre outros, exemplos de domínios em que a cooperação pode fazer a diferença”.

A 6.ª Cimeira UA-UE, realizada em fevereiro de 2022, foi orientada pela necessidade de aprofundar a cooperação entre os dois continentes. Os líderes da UA e da UE comprometeram-se a adotar uma Visão conjunta para uma parceria renovada, a fim de construir um futuro comum assente em domínios fundamentais de cooperação, incluindo a transição ecológica, a transformação digital, a paz e a governação, as migrações e a mobilidade, bem como um compromisso renovado para com o multilateralismo.

A declaração final da 6.ª Cimeira UA-UE refere ainda que os líderes africanos e europeus “se comprometem a trabalhar no sentido de posições mais convergentes em fóruns

multilaterais para reduzir as desigualdades globais, reforçar a solidariedade, promover a cooperação internacional, combater e mitigar as alterações climáticas e melhorar a prestação de 'bens públicos globais', em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 da UA”.

É essencial reconhecer que as paisagens marinhas oceânicas partilhadas entre os dois continentes e em torno deles são fundamentais para as áreas estratégicas de cooperação e para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas até 2030. Assim, a governação dos oceanos e o desenvolvimento de estratégias para a economia azul e de mecanismos de execução conjunta podem potencialmente reforçar a parceria e apoiar a prosperidade humana coletiva e o desenvolvimento sustentável. No entanto, embora seja feita referência à necessidade de cooperação entre a UA e a UE no domínio da governação dos oceanos, esta deve tornar-se uma característica central da parceria UA-UE e traduzir-se em ações que ultrapassem a diplomacia das cimeiras.

Hoje em dia, as atuais mudanças na geopolítica, na economia e as crises interligadas do clima e da biodiversidade trouxeram à luz do dia a importância dos oceanos e proporcionam uma oportunidade para África e a Europa trabalharem como parceiros em questões de governação dos oceanos e lutarem por uma economia azul sustentável justa e equitativa em benefício das pessoas e do nosso planeta.

As águas que rodeiam a Europa e África são algumas das zonas oceânicas mais diversificadas e produtivas do mundo. Estes dois continentes partilham uma extensa linha costeira de mais de 100 000 quilómetros (UE=68 000 km, África=41 000 km) e um interesse comum em garantir a sustentabilidade do oceano que os rodeia. Para tal, a Europa

e África têm de cooperar na governação dos oceanos.

O oceano desempenha um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento social e económico de África e da Europa. Fornece alimentos, energia, transportes e muitos outros recursos essenciais para a subsistência de milhões de pessoas em ambos os continentes. No entanto, o oceano também está em risco devido à sobrepesca, às alterações climáticas, à poluição e a outras atividades que prejudicam a biodiversidade e os ecossistemas marinhos.

A governação cooperativa dos oceanos entre a Europa e África pode ajudar a resolver estas questões e promover o desenvolvimento sustentável. Com a sua riqueza combinada de conhecimentos e experiência, a Europa e África podem estabelecer parcerias estratégicas em questões relacionadas com a governação dos oceanos, incluindo o desenvolvimento de políticas de gestão sustentável das pescas e a aplicação de acordos sobre a biodiversidade marinha.

Em 2023 e 2024, existe uma constelação de oportunidades para reforçar a cooperação no domínio da governação dos oceanos, desde o seguimento dos resultados da 6.ª Cimeira UA-UE até à revisão intercalar dos ODS e à preparação da Cimeira de Ação Climática em África e da COP28, bem como aos processos de ratificação e aplicação de acordos internacionais, como o Acordo sobre a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade marinha das zonas não sujeitas à jurisdição nacional e as negociações de um tratado mundial sobre os plásticos. Assim, 2023 representa uma oportunidade valiosa para os decisores africanos e europeus e outras partes interessadas importantes fazerem o balanço dos progressos realizados e orientarem a parceria revista para setores prioritários significativos de cooperação que ainda não são centrais, incluindo a governação dos oceanos e a economia azul.

Metodologia

O presente relatório de definição de âmbito tem como objetivo proporcionar um ponto de encontro para as partes interessadas e parceiros africanos e europeus, a fim de compreender a situação atual da governação dos oceanos e da economia azul ao nível dos dois continentes. O seu objetivo é demonstrar que a governação dos oceanos, incluindo a economia azul, deve ser vista como um oceano de oportunidades com um potencial único para reforçar a parceria África-Europa. As conclusões deste relatório visam

permitir que os dois continentes identifiquem áreas de intervenção prioritárias, necessidades de recursos e oportunidades de ação acelerada.

O relatório foi incumbido pela Fundação África-Europa (AEF) para informar principalmente o trabalho do **Grupo de Estratégia África-Europa sobre Governação dos Oceanos** que está a ser criado com o apoio da Comissão Europeia e em parceria com a Comissão da União Africana. Mais

concretamente, servirá para o grupo identificar os domínios prioritários de cooperação conjunta e co-elaborar um roteiro de ação suscetível de reforçar a parceria para a governação dos oceanos.

Este relatório fornece igualmente uma análise única do estado da cooperação entre a UE e África em questões relacionadas com os oceanos.

O primeiro capítulo descreve as posições, estratégias e prioridades continentais em relação à governação dos oceanos e à economia azul, fornecendo simultaneamente uma primeira panorâmica dos potenciais domínios de ação conjunta. O segundo capítulo apresenta uma avaliação dos

principais desafios e oportunidades para reforçar a cooperação transcontinental, explorando várias questões que podem servir de base ao desenvolvimento de uma parceria no domínio dos oceanos. O terceiro capítulo centrar-se-á nas principais recomendações dirigidas aos membros do Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos e às partes interessadas relevantes com interesse na relação África-Europa no domínio dos oceanos. Este último centra-se em cinco domínios prioritários: regulamentos e políticas públicas, reforço das capacidades e inovação, economia azul, conscientização do domínio marítimo e clima e biodiversidade. Por último, o relatório apresenta uma lista de áreas prioritárias para ação coletiva.

SECÇÃO 1

**Ponto da situação da
governança dos oceanos e da
economia azul em África e na
Europa**

1.1 Governação dos oceanos e economia azul

Os académicos e decisores políticos têm defendido o conceito de Economia “azul” como uma ferramenta para o desenvolvimento económico sustentável que equilibra o crescimento económico e a conservação do ambiente.

Inicialmente concebida na [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável](#) realizada no Rio de Janeiro em 2012, muitos países adotaram amplamente o conceito de economia azul (EA), demonstrando o seu posicionamento proeminente [nas agendas de desenvolvimento nacionais e internacionais](#). A adoção do conceito de EA resultou na procura de [estratégias de governação](#) eficientes e eficazes nos seguintes setores com potencial de crescimento sustentável: pescas, transportes marítimos e turismo costeiro, bem como setores inovadores, como as energias renováveis dos oceanos e a biotecnologia. Uma aspiração fundamental da EA é melhorar o bem-estar humano e a equidade social, reduzindo simultaneamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Por conseguinte, situa-se nonexo entre o crescimento económico, a conservação do ambiente e a equidade social.

A economia azul surgiu como uma forma sustentável de explorar os recursos oceânicos para o desenvolvimento social e o crescimento económico. A nível mundial, prevê-se que a economia azul [projetada](#) cresça de 1,5 mil milhões de dólares

para 3 biliões de dólares até 2030 e a Estratégia Marítima Integrada de África (MIA) da União Africana para 2050 declarou-a a “nova fronteira do Renascimento Africano”. Do mesmo modo, a UE considera a economia azul como um “motor essencial” do crescimento económico e da criação de emprego, e crucial para a consecução do desenvolvimento sustentável e a criação de um futuro resiliente. De acordo com o [relatório](#) de 2022 sobre a economia azul da UE, o setor emprega diretamente cerca de 4,45 milhões de pessoas e gerou cerca de 667,2 mil milhões de euros de volume de negócios e 183,9 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto na União Europeia.

As questões relacionadas com os oceanos estão frequentemente fragmentadas por diferentes setores, o que conduz à duplicação de responsabilidades e à fragmentação da governação e das políticas. A governação cooperativa dos oceanos está no centro das estratégias da economia azul, dada a natureza intersetorial, transfronteiriça e transjurisdicional do oceano e das atividades nele desenvolvidas. A governação dos oceanos consiste em gerir os oceanos e os seus recursos de forma sustentável e holística, a fim de garantir a produtividade dos oceanos em benefício das gerações atuais e futuras.

1.2 Contexto multilateral

O oceano está a emergir como uma das principais arenas geopolíticas do mundo.

A nível mundial, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) sublinha a necessidade de melhorar a forma como os oceanos são explorados e protegidos. Em 2017, os Estados-Membros das Nações Unidas renovaram o seu compromisso com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, que consiste em conservar e utilizar de forma sustentável o oceano, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Em 2022, na 2.^a Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano, comprometeram-se a intensificar os seus esforços para o implementar. O ano de

2023 constitui um marco importante para a revisão dos progressos do objetivo, tendo em conta a avaliação intercalar dos ODS (2015-2030).

A CNUDM estabelece disposições para a definição de zonas e fronteiras marítimas e define os direitos e obrigações dos Estados no que respeita ao alto mar e aos fundos marinhos, incluindo a liberdade de navegação, a utilização pacífica dos oceanos e a proteção do ambiente marinho. O seu significado como instrumento global é evidente quando afirma que “promoverá a utilização pacífica dos mares e oceanos”, manterá a paz, a justiça e o progresso para todos os povos do mundo e “contribuirá para os objetivos de realização de uma

ordem económica internacional justa e equitativa”.

O ano de 2023 deverá incentivar os líderes a darem maior prioridade ao oceano nas agendas nacionais, regionais e transcontinentais:

- Em fevereiro de 2022, no reinício da quinta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente ([UNEA-5.2](#)), foi adotada uma resolução histórica (5/14) para desenvolver um [instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre a poluição por plásticos, incluindo no ambiente marinho, com a ambição de concluir as negociações até ao final de 2024](#).
- Em 17 de junho de 2022, após 21 anos de negociações e em consonância com o ODS 14.6, a 12.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio chegou a um acordo sobre a proibição de determinados subsídios à pesca. Estes dizem respeito a atividades de pesca/zonas de pesca específicas, bem como a novas obrigações relacionadas com essas disciplinas.
- Em 22 de dezembro de 2022, a Conferência das Partes na Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas adotou o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, que inclui importantes metas relacionadas com os oceanos, nomeadamente assegurar e permitir que, até 2030, pelo menos 30 por cento das zonas terrestres, das águas interiores e das zonas costeiras e marinhas sejam efetivamente conservadas e geridas (meta 3), bem como minimizar o impacto das alterações climáticas e da acidificação dos oceanos na biodiversidade e aumentar a sua resiliência (meta 8).
- Em 4 de março de 2023, as Partes da CNUDM [acordaram](#) sobre a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ). Em 9 de junho de 2023, o Tratado BBNJ foi adotado por consenso. Atualmente, apenas cerca de [1,2%](#) do alto mar está sob proteção legal e apenas [13%](#) dos oceanos continuam a ser classificados como zonas marinhas selvagens, ou seja, completamente livres de interferência humana, sendo que a maior parte desta área

se situa no alto mar, onde 34% de todas as espécies pescadas são atualmente [sobre-exploradas](#).

Estas conquistas e marcos a nível multilateral podem servir de agenda emergente para uma cooperação reforçada entre África e a Europa no domínio da governação dos oceanos, tendo como pano de fundo a cooperação demonstrada ao longo de décadas em matéria de governação das pescas.

Além disso, o facto de a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas de 2022 ter sido coorganizada pelo Quênia e por Portugal, entre outros, chamou a atenção para a forma como a África e a Europa enfrentam desafios e oportunidades semelhantes associados à governação dos oceanos e à economia azul.

A cooperação suplementar no domínio dos oceanos incluiu a última Conferência das Partes sobre as Alterações Climáticas, COP27, organizada pela República Árabe do Egito em Sharm el-Sheikh, em novembro de 2022. No plano de implementação de Sharm el-Sheikh, todas as partes reconhecem a importância das soluções climáticas baseadas nos oceanos na luta contra as alterações climáticas.

Além disso, a próxima Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que será coorganizada pela França e pela Costa Rica em junho de 2025, o 6.º Congresso Internacional sobre Áreas Marinhas Protegidas, que será organizado pelo Senegal em 2026 (IMPAC6), a Conferência da Década do Oceano das Nações Unidas, em Barcelona, em 2024, e a Conferência “O nosso Oceano”, na Grécia, em 2024, são eventos internacionais importantes que oferecem uma oportunidade para África e a Europa trabalharem em conjunto, com vista a objetivos comuns. Uma melhor coordenação pode também deixar um legado de ação cooperativa no domínio dos oceanos para o futuro da cooperação UA-UE no domínio da governação dos oceanos.

A presidência da União Africana em 2023 pelo Presidente das Comores é também vista como uma oportunidade para impulsionar a agenda dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) e sublinhar a importância do oceano e da economia azul para o continente africano.

1.3 Governação dos oceanos e economia azul: Quadro político e prioridades para África

África é uma ilha enorme, com o Oceano Atlântico a oeste, o Oceano Índico a leste, o Oceano Antártico a sul, o Mar Mediterrâneo a norte e o Mar Vermelho a nordeste. O continente está próximo de algumas das vias navegáveis mais estratégicas do mundo ou “pontos de estrangulamento”, nomeadamente o Estreito de Gibraltar, o Canal do Suez, o Estreito de Bab El-Mandeb, o Golfo de Aden e o Canal de Moçambique.

África situa-se na encruzilhada de várias rotas marítimas importantes. O continente é considerado uma importante porta de comércio entre a Ásia e o Médio Oriente e a Europa através do Canal do Suez. Mais a oeste, na região do Oceano Atlântico, o Golfo da Guiné, que se estende de Angola ao Senegal, é uma rota marítima global vital com um enorme potencial de desenvolvimento das atividades da economia azul.

A UA descreve a economia azul como a “nova fronteira do renascimento africano”, com base no seu potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a economia azul ocupa um lugar de destaque no objetivo 6 da aspiração 1 da Agenda 2063 da UA: A África Que Queremos - o modelo da UA para alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável ao longo de 50 anos.

A Agenda 2063 tem como objetivo alcançar uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável, incluindo a economia azul do continente; salienta que “o oceano africano, que é três vezes maior do que a sua massa terrestre, deve ser um dos principais contribuintes para a transformação e o crescimento continentais”.

Na Agenda 2063 da UA, as áreas prioritárias para o continente desenvolver a sua economia azul são as seguintes:

Tabela 1: Áreas prioritárias da Agenda 2063

1. Utilização sustentável dos recursos marinhos: A UA tem por objetivo promover a utilização sustentável dos recursos marinhos, incluindo a pesca, a aquacultura e o turismo, protegendo simultaneamente os ecossistemas marinhos e a biodiversidade.
2. Segurança marítima: A UA está empenhada em reforçar a segurança marítima e a segurança nas águas africanas, incluindo o combate à pirataria, à pesca ilegal e a outros crimes marítimos.
3. Economia azul: A UA reconhece o potencial da economia azul para impulsionar o crescimento económico e a criação de emprego em África e está a trabalhar para promover o desenvolvimento sustentável dos setores marítimos, como o transporte marítimo, os portos e a energia offshore.
4. Alterações climáticas e acidificação dos oceanos: A UA está preocupada com os impactos das alterações climáticas e da acidificação dos oceanos nos ecossistemas marinhos e nas comunidades costeiras e está a trabalhar para promover medidas de adaptação e de mitigação.
5. Investigação científica marinha: A UA reconhece a importância da investigação científica marinha para a compreensão e a gestão dos ecossistemas marinhos e está a trabalhar para promover a cooperação e o reforço das capacidades neste domínio.
6. Governação dos oceanos: A UA está empenhada em promover uma governação eficaz dos oceanos, nomeadamente através do desenvolvimento de acordos e quadros regionais e internacionais.

A Economia Azul, tal como definida pela Estratégia de economia azul da UA de 2019 e pelo Manual de Políticas de Economia Azul para África (2016) da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), implica a exploração sustentável dos recursos marinhos nos oceanos, mares, lagos e rios do continente. As definições de economia azul da UE e da UA são semelhantes, na medida em que ambas se referem à utilização sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento económico e o desenvolvimento. No entanto, existem algumas diferenças na sua abordagem e foco.

A definição de economia azul da UE sublinha a importância da inovação, da tecnologia e da investigação no desenvolvimento de indústrias sustentáveis baseadas nos oceanos. Inclui também atividades como o turismo, as energias renováveis e a biotecnologia.

Por outro lado, a definição de economia azul da UA sublinha o papel do oceano no apoio aos meios de subsistência e ao bem-estar das comunidades costeiras. Salienta igualmente a necessidade de abordar questões como a pesca ilegal, a poluição marinha e as alterações climáticas para garantir a sustentabilidade dos recursos oceânicos.

De um modo geral, embora ambas as definições partilhem o objetivo comum de promover o crescimento económico sustentável através da utilização dos recursos oceânicos, a definição da UE centra-se mais na inovação tecnológica e no desenvolvimento da indústria, com base no Pacto Ecológico Europeu e no plano de recuperação para a Europa, ao passo que a definição da UA dá maior ênfase ao bem-estar da comunidade e à sustentabilidade ambiental.

Apesar das suas abordagens diferentes, a UE e a UA podem reforçar a sua parceria no domínio da economia azul identificando áreas de interesse comum e trabalhando em conjunto para alcançar objetivos partilhados. Por exemplo, tanto a UE como a UA reconhecem a importância da gestão sustentável das pescas, da conservação marinha e do desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Podem colaborar em projetos de investigação e desenvolvimento, partilhar boas práticas e trabalhar em conjunto para enfrentar desafios comuns, como a poluição marinha e as alterações climáticas.

Além disso, a UE e a UA podem aprender com as experiências e abordagens de cada uma. A UE pode partilhar os seus conhecimentos em matéria de inovação tecnológica e desenvolvimento industrial, enquanto a UA pode fornecer informações sobre as abordagens comunitárias da gestão e conservação dos recursos oceânicos.

Em última análise, a criação de uma parceria de governação dos oceanos entre a UE e a UA que faça avançar a economia azul exigirá uma vontade de ouvir, aprender e colaborar. Ao

trabalharem em conjunto, podem criar um futuro mais sustentável e próspero tanto para as suas economias como para o oceano.

Em 2015, a Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN), a Comissão da UA e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) iniciaram uma parceria para desenvolver uma [estratégia](#) africana de governação dos oceanos alinhando a visão da UA com o direito internacional global sobre a governação dos oceanos em vários temas associados aos oceanos. A versão final da “Estratégia Africana de Governação dos Oceanos” é aguardada com grande expectativa e pode servir de catalisador para a cooperação África-Europa no domínio da governação dos oceanos.

Existe um compromisso no sentido de concretizar o potencial da economia azul em África em várias estratégias nacionais de economia azul e noutros documentos continentais, como a [Estratégia africana de economia azul de 2019](#) (ABES) e o seu [Plano de implementação](#) (2021-2025).

Os Estados africanos e outros Estados em desenvolvimento têm liderado os esforços para implementar um plano de reforma da ordem jurídica pós-colonial para aceder e gerir os recursos oceânicos. Esta agenda de reforma da governação dos oceanos foi inicialmente empreendida sob os auspícios da Organização da Unidade Africana (atual União Africana) e, mais tarde, no âmbito do Grupo dos 77 das Nações Unidas.

Por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) foi adotada em 10 de dezembro de 1982 e entrou em vigor em 16 de novembro de 1994. Os países africanos participaram ativamente nas negociações da CNUDM desde o início e patrocinaram várias resoluções para a adoção da CNUDM. Por exemplo, o Grupo Africano nas Nações Unidas patrocinou uma resolução em 1970 apelando à convocação de uma conferência para analisar o direito do mar, de acordo com a ONU (2019). Esta resolução levou à criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que acabou por resultar na adoção da CNUDM em 1982.

A CNUDM entrou em vigor a 16 de novembro de 1994, depois de ter sido ratificada por 60 países, incluindo vários países africanos. Os países africanos têm participado ativamente na aplicação da CNUDM, nomeadamente através do estabelecimento de zonas económicas exclusivas (ZEE) e da proteção da biodiversidade marinha.

Vários outros quadros de governação complementam e contribuem para a realização dos objetivos da Agenda 2063. Estes incluem a Estratégia Marítima Integrada da UA para 2050, que facilita uma maior cooperação entre os Estados-Membros da UA na governação dos oceanos para que o potencial da economia azul seja realizado; o Quadro Político

e Estratégia de Reforma das Pescas e Aquacultura em África (PFRS) de 2014; a Carta de Lomé (Carta Africana de 2016 sobre Segurança Marítima e Desenvolvimento em África); e o Roteiro para África da Década do Oceano, que fornece um quadro coordenado para o planeamento e a adoção da

ciência dos oceanos, e uma base para monitorizar a realização das prioridades e resultados da Década do Oceano da ONU na região.

Lista das prioridades no âmbito do “Roteiro para África da Década do Oceano”:

1. Gestão sustentável dos oceanos em África
2. A saúde dos oceanos e a saúde humana em África
3. Desbloquear o potencial do carbono azul de África
4. Pescas e pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) em África
5. Reforço dos sistemas de alerta rápido contra riscos múltiplos e resiliência das comunidades
6. Sistemas de observação e previsão dos oceanos para África
7. Gémeo Digital para África - Criação de um centro de conhecimento do oceano africano
8. Reforço das capacidades e competências dos profissionais africanos dos oceanos em início de carreira (ECOP)
9. Programa regional de literacia oceânica para África

IOC-UNESCO, 2022

A combinação destas estratégias e iniciativas abre caminho ao reforço das parcerias multilaterais centradas na governação dos oceanos, nomeadamente entre África e a Europa.

Embora a utilização sustentável dos recursos marinhos seja geralmente aceite como o princípio orientador da economia azul (EA), o desenvolvimento de estratégias de EA é frequentemente específico ao contexto devido às suas diversas componentes. A estratégia de EA da UA identificou cinco domínios temáticos:

1. Pescas, aquacultura, conservação e ecossistemas aquáticos sustentáveis
2. Expedição/transporte, comércio, portos, segurança marítima, segurança e aplicação da lei
3. Turismo costeiro e marítimo, alterações climáticas,

resiliência, meio ambiente, infraestruturas

4. Energia sustentável, recursos minerais e indústrias inovadoras
5. Políticas, instituições e governação, emprego, criação de emprego e erradicação da pobreza, e financiamento inovador

O desenvolvimento destes cinco domínios prioritários da estratégia de EA africana poderia servir de pontos de colaboração com a Europa, utilizando um quadro baseado em regras, assente nas disposições da CNUDM, de que tanto os intervenientes africanos como os europeus são signatários, de uma forma mutuamente benéfica.

A ABES procura basear-se nos objetivos políticos da Agenda 2063, da Estratégia Marítima Integrada de África para 2050, da Agenda 2030 da ONU, do PFRS e da Carta de Lomé.

Tabela 2: Lista de estratégias e quadros de economia azul dos Estados-Membros da UA e das Comunidades Económicas Regionais (CER)

PAÍSES	DOCUMENTOS
Madagáscar	Estratégia nacional de economia azul de 25 de junho de 2022 com base numa estratégia nacional de economia azul do Plano de Desenvolvimento Nacional de Madagáscar 2015-2019
Angola	Angola Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022
Camarões	Estratégia nacional de economia azul de 2019
Cabo Verde	Roteiro nacional da economia azul (2018-2022)
Burquina Faso	Estratégia nacional de economia azul de abril de 2022
Somália	Estratégia nacional de economia azul de março de 2022
República do Congo	Estratégia nacional de economia azul de 28 de junho de 2022
Seychelles	National Blue Economy Strategy: Republic of Seychelles. (2018). Seychelles Blue Economy: Strategic Policy Framework and Roadmap Charting the Future (2018-2030) (Estratégia nacional de economia azul: República das Seychelles. (2018). Economia azul das Seychelles: Quadro de políticas estratégicas e roteiro que traça o futuro (2018-2030))
Namíbia	Quadro de políticas de economia azul da Namíbia (2022-2031)
Moçambique	A política e estratégia do mar de Moçambique (POLMAR) foi desenvolvida em 2017 para servir muitas iniciativas relacionadas com a economia azul
Maurícia	O Plano estratégico trienal 2017/18-2019/20 enumera as atividades baseadas no oceano como tendo potencial para impulsionar o crescimento e criar riqueza. O Ministério da Economia Azul, dos Recursos Marinhos, das Pescas e da Navegação tem um plano quinquenal de desenvolvimento das pescas e um plano de ação nacional para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, bem como um plano principal para a aquacultura
África do Sul	Operação Phakisa de economia oceânica, uma Estratégia de economia azul da África do Sul lançada em 2014
Gabão	Estratégia nacional para a economia azul de 2014
Quênia	Plano estratégico de economia azul do Quênia de 2019: https://www.kilimo.go.ke/wp-content/uploads/2019/02/Kenya-Blue-Economy-Strategic-Plan.pdf
Gana	Estratégia marítima nacional integrada do Gana de 2019: https://www.mtit.gov.gh/wp-content/uploads/2019/06/Ghana-National-Integrated-Maritime-Strategy.pdf
Tanzânia	Plano estratégico de economia azul da Tanzânia: https://www.tzdp.org.tz/fileadmin/documents/dpg_internal/dpg_working_groups_clusters/cluster_2/energy_environment/WG2_Environment/Blue_Economy_Strategic_Plan.pdf
Comores	Quadro estratégico para uma política nacional de economia azul, com destaque para (1) o reforço da segurança e proteção nacional, (2) o reforço dos setores-chave da economia azul, com formação e criação de emprego para os jovens, e (3) a proteção dos ecossistemas aquáticos e marinhos costeiros com a gestão dos resíduos; (4) a melhoria da adaptação dos quadros institucionais; e (5) reorientação dos pilares da integração regional NB: Trata-se de um quadro de cooperação nacional com o Banco Mundial
Egipto	Estratégia de economia azul do Egipto: https://www.egypttoday.com/Article/3/100758/Egypt-launches-Blue-Economy-strategy-to-boost-maritime-sector
COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS (CER)	DOCUMENTOS
Comunidade Económica dos	Estratégia de economia azul adotada em 2019 - https://www.ecowas.int/blue-economy-strategy/

Estados da África Ocidental (CEDEAO)	
União do Magrebe Árabe (UMA)	Estratégia de economia azul adotada em 2017 - https://www.amu-maghreb.org/en/blue-economy/
Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD)	Estratégia de economia azul adotada em 2016 - https://www.censad.int/en/blue-economy
Comissão do Oceano Índico (COI)	Estratégia de economia azul adotada em 2014 - https://www.commissionoceanindien.org/en/blue-econom
Comunidade da África Oriental (CAO)	Estratégia regional de economia azul da CAO de maio de 2022
Estratégia regional de economia azul do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	Estratégia regional de economia azul do Mercado Comum da África Oriental e Austral de maio de 2022 (COMESA)
Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)	Plano quinquenal da Estratégia regional de economia azul (2021-2025) (IGAD)
Estratégia regional de economia azul (SADC)	Estratégia regional de economia azul (SADC) de 2018 A reunião de validação da estratégia de EA da SADC está marcada para 14 de março de 2022 em Joanesburgo, África do Sul
Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)	Estratégia regional de economia azul da Comunidade Económica dos Estados da África Central de 28 de junho de 2022

Tenha em atenção que esta não é uma lista exaustiva, uma vez que outros países desenvolveram estratégias de economia azul no momento da redação do relatório.

1.4 Reforçar os esforços conjuntos e a cooperação em África

O Instituto Interafricano de Recursos Animais ([UA-IIRA](#)), um gabinete técnico especializado da Comissão da União Africana (CUA), com um mandato que abrange as pescas, facilitou, em parceria com o Governo norueguês, o desenvolvimento de quatro estratégias nacionais de economia azul (Madagáscar, Burquina Faso, República do Congo e Somália), bem como o de três estratégias de economia azul de comunidades económicas regionais (CEEAC, CAO e COMESA). Apesar de não pertencerem à União Europeia, estas parcerias poderiam servir de modelo para futuros compromissos da UE no continente africano.

O UA-IIRA planeia ajudar alguns Estados africanos a desenvolver várias estratégias económicas. Países como o Gana, o Quênia, o Togo, o Egito, a Nigéria e a Tanzânia estão

a elaborar estratégias nacionais para a economia azul e integraram-nas nos planos orçamentais nacionais e regionais.

O processo de governação dos oceanos e da EA de África demonstra que a EA se situa na intersecção de várias indústrias e setores, o que demonstra a complexidade da articulação de uma trajetória de governação comum. Além disso, em África, a dependência dos recursos oceânicos é mais do que uma fonte de rendimento, uma vez que várias comunidades têm ligações culturais e religiosas intrínsecas com os recursos marinhos. Estas questões contraditórias exigem um planeamento estratégico que facilite a integração da economia azul no desenvolvimento sustentável e se afaste da atual abordagem setorial que tem moldado a governação da economia azul em África.

1.5 Governação dos oceanos e economia azul: Quadro de políticas e prioridades para a Europa

O espaço marítimo europeu inclui o Oceano Atlântico a oeste, o Mar Mediterrâneo a sul, o Mar Báltico e o Mar do Norte a norte e o Mar Negro a leste, bem como várias regiões ultraperiféricas em todos os oceanos do mundo.

Em 2007, a UE adotou uma [Política Marítima Integrada](#). Esta política visava articular de forma mais coerente a governação das questões marítimas através da formulação de uma abordagem global. Os resultados esperados centram-se na criação de crescimento sustentável e de emprego a partir de atividades relacionadas com o mar. A política deu prioridade ao crescimento azul, aos dados e conhecimentos marinhos, ao ordenamento do espaço marítimo, à vigilância marítima integrada e às estratégias para as bacias marítimas.

A política seguiu o argumento de que era necessária uma abordagem holística, coordenada e transversal da governação dos oceanos para reduzir os impactos no ambiente e para recolher os maiores benefícios dos oceanos. Para tal, é necessária a cooperação dos Estados na UE e com terceiros, tal como as organizações internacionais. Além disso, a política previa incentivos económicos e legislativos e fluxos financeiros e de investimento públicos e privados de apoio.

Em 2016, a UE foi a primeira economia do mundo a desenvolver uma Agenda para a governação internacional dos oceanos e comprometeu-se a ter um oceano seguro, protegido, limpo, saudável e gerido de forma sustentável. A adoção desta Agenda desencadeou a cooperação

internacional para melhorar a governação com vista a proteger os oceanos, reforçar a investigação internacional e desenvolver uma economia azul sustentável.

Em 14 de junho de 2022, antes da 2.^a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, a UE adotou uma Agenda para a governação internacional dos oceanos atualizada, tal como consta da Comunicação intitulada [Setting the course for a sustainable blue planet, Joint Communication on the EU's International Ocean Governance agenda](#) (Definir o rumo para um planeta azul sustentável, Comunicação conjunta sobre a Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos).

A Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos é essencial para a abordagem da região à implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU para 2030, nomeadamente o [ODS 14 sobre a proteção da vida marinha e outros ODS relacionados com os oceanos](#). A agenda atualizada tem um papel importante na concretização da parte referente à economia azul do Pacto Ecológico Europeu e demonstra o forte empenho da UE no oceano, incluindo a governação do alto mar.

Tem em conta as principais tendências, como o impacto exacerbado das alterações climáticas e o perigoso declínio da biodiversidade. Especifica várias ações integradas para um oceano seguro, protegido, limpo, saudável e gerido de forma sustentável no âmbito de quatro pilares políticos, que são descritos na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Objetivos gerais da União Europeia para a governação internacional dos oceanos

- Reforçar o quadro internacional de governação dos oceanos
- Tornar a sustentabilidade dos oceanos uma realidade até 2030
- Garantir a proteção e a segurança no mar
- Desenvolver o conhecimento dos oceanos

Fonte: [Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos \(europa.eu\)](#)

A economia azul europeia é um setor importante, uma vez que emprega 4,45 milhões de pessoas e gera cerca de 667,2 mil milhões de euros de volume de negócios e 183,9 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto, de acordo com o [Observatório da Economia Azul da UE](#). A força deste setor, segundo as [Associações de Armadores da Comunidade Europeia](#) tem as suas raízes na extensa história e tradições marítimas da Europa, que permitiram à UE controlar cerca de 40% da tonelagem mundial de navios. Os seus setores críticos incluem os recursos marinhos vivos (pescas), os recursos marinhos não vivos, as energias renováveis marinhas, a construção e reparação naval, as atividades portuárias, o transporte marítimo e o turismo costeiro.

A agenda detalhada da UE para a economia azul é descrita numa comunicação adotada em 2021 e intitulada “[nova abordagem para uma economia azul sustentável](#)”. Representa uma mudança importante da abordagem do crescimento azul para o desenvolvimento de uma economia azul sustentável.

Foram identificadas três prioridades temáticas fundamentais para apoiar esta transição do crescimento azul para uma economia azul sustentável. Estas incluem:

- **Transformar as cadeias de valor da economia azul** ao trabalhar para alcançar os objetivos de neutralidade climática e poluição zero, ao promover a economia circular e evitar os resíduos; ao preservar a biodiversidade e investir na natureza; ao apoiar a resiliência costeira; e como sistemas alimentares responsáveis.
- **Conhecimento dos oceanos**, ao investir na investigação e na inovação e reforçar as capacidades existentes, ao facilitar os investimentos à escala e à velocidade necessárias, ao criar competências e empregos no domínio da economia azul.
- **Criar as condições para uma governação sustentável** ao melhorar o ordenamento do espaço marítimo e o acesso aos dados; ao incentivar a participação dos cidadãos e melhorar a literacia oceânica; ao trabalhar ao nível das bacias marítimas, ao reforçar a cooperação regional e prestar apoio às regiões costeiras e reforçar a segurança marítima.

Embora a abordagem tenha um enfoque europeu, tem também a ambição de promover o desenvolvimento de uma economia azul sustentável em todo o mundo. De facto, muitas cadeias de valor da economia azul são globais e estão expostas à concorrência mundial. A UE pretende também promover a sua experiência, a sua ação ambiental e o seu Estado de direito a nível internacional.

Além disso, a Comissão Europeia lançou uma série de iniciativas para apoiar atividades de investigação e inovação

para a economia azul, tais como:

- No Horizonte Europa, com a [Missão Oceano](#) que tem por objetivo restaurar o nosso oceano e as nossas águas até 2030.
- A plataforma de investimento [BlueInvest](#), que visa promover o investimento, a inovação e o crescimento sustentável na Economia Azul, nomeadamente para as PME.
- A estratégia de especialização inteligente [Crescimento Azul](#), para apoiar o crescimento sustentável dos setores marinho e marítimo.
- A [Parceria europeia para uma economia azul produtiva, com impacto neutro no clima e sustentável](#).
- As iniciativas específicas incluem a economia azul, a biotecnologia azul, a iniciativa da UE relativa às algas e [energias renováveis marinhas](#).

No que respeita às pescas, a União Europeia reconheceu e promoveu a importância da sua gestão eficaz e da sua utilização sustentável, tendo assumido a liderança a nível internacional.

A Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos atualizada refere que “as espécies marinhas estão a desaparecer a um ritmo duas vezes superior ao das espécies terrestres devido ao aquecimento”. O relatório indica que “34,2% das pescas marinhas do mundo são objeto de sobrepesca”. Para garantir a sustentabilidade da pesca e da aquacultura, a União Europeia identificou as seguintes estratégias:

- Adotar uma abordagem de tolerância zero contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN).
- Tirar partido do acordo global da OMC sobre subsídios prejudiciais à pesca, concluído em junho de 2022, e promover o seu reforço com os elementos ainda não acordados.
- Rever as normas de comercialização da UE para os produtos da pesca e da aquacultura.

A Comissão Europeia também reconheceu a necessidade de documentar os fluxos financeiros no setor marítimo. Para o efeito, em 2020, incumbiu um estudo intitulado “[Unsustainable Finance in the Blue Economy: Where Does the money come from?](#)” (Financiamento insustentável na economia azul: de onde vem o dinheiro?), que destaca a necessidade de financiamento sustentável nas pescas e identifica fontes de financiamento para a economia azul. O estudo sublinha a importância da colaboração entre as partes

interessadas e apresenta recomendações para promover a transparência e a sustentabilidade no comércio das pescas, que, se implementadas, poderão reforçar um comércio de pescas equitativo e transparente entre a UE e África, bem como outras parcerias de governação dos oceanos.

De um modo geral, a nível internacional, o interesse da UE reside em aumentar a competitividade e as práticas sustentáveis e em assegurar que as normas da UE sejam compreendidas e aplicadas de forma eficiente, sem impedir o

desenvolvimento do setor com complexidades desnecessárias. A UE também procura promover a modernização do setor, incluindo equipamento e competências para uma maior eficiência e uma melhor pegada ambiental.

De um modo geral, a UE tem por objetivo reforçar as relações mutuamente benéficas com os seus vizinhos e parceiros mais distantes. Identificou dez domínios estratégicos.

Tabela 4: Prioridades de liderança global da UE

10 áreas estratégicas para reforçar a liderança global da UE
1. Garantir sistemas de saúde e alimentares sustentáveis e resilientes
2. Garantir uma energia descarbonizada e acessível
3. Reforçar as capacidades em matéria de gestão de dados, inteligência artificial e tecnologias de ponta
4. Garantir e diversificar o abastecimento de matérias-primas críticas
5. Assegurar uma posição global de primeiro plano e a definição de normas
6. Criar sistemas económicos e financeiros resilientes e preparados para o futuro
7. Desenvolver e reter competências e talentos que correspondam às ambições da UE
8. Reforçar as capacidades de segurança e defesa e o acesso ao espaço
9. Trabalhar com parceiros mundiais para promover a paz, a segurança e a prosperidade para todos
10. Reforçar a capacidade de resistência das instituições

Fonte: Relatório de previsão estratégica da UE de 2021: a capacidade e a liberdade de ação da UE.

1.6 Conceber uma parceria África-Europa para os oceanos

A África e a Europa estão ligadas pela geografia. Partilham três bacias marítimas, criando uma ligação natural entre os dois continentes: sete países da UE fazem fronteira com o Mar Mediterrâneo e cinco com o Oceano Atlântico. Vários territórios da UE estão situados no Oceano Índico Ocidental, como as ilhas Mayotte e da Reunião. Vários países africanos fazem parte da [Estratégia da UE para a bacia do Mar Mediterrâneo](#) que promove a gestão conjunta das atividades marítimas e a cooperação científica, demonstrando a colaboração existente entre África e a Europa, tanto em projetos como em estratégias.

África e a Europa são igualmente confrontadas com questões globais comuns, que vão desde a crise climática, a subida do nível do mar, a sobre-exploração dos recursos naturais ou a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Os dois continentes partilham o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, incluindo o ODS 14, que diz respeito à conservação e à utilização sustentável dos recursos marinhos de uma forma coerente com o direito internacional e que exige a cooperação em matéria de governação.

A Visão conjunta da Cimeira UA-UE de 2022 apela a uma África e a uma Europa prósperas e sustentáveis. [O Pacote de investimento África-Europa](#) (uma parte do Global Gateway) terá por objetivo impulsionar investimentos sustentáveis em grande escala, apoiados pelas iniciativas da Equipa Europa, tendo devidamente em conta as prioridades e as necessidades dos países africanos. Isto inclui a transição ecológica que apoia a implementação dos Contributos Determinados a Nível Nacional (CDN) e dos Planos Nacionais de Adaptação (PNA) dos países africanos no âmbito do Acordo de Paris. Inclui também o apoio à implementação de Planos de Ação Estratégicos Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP) no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica e do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, recentemente adotado.

Em 2017, África e a Europa acordaram promover a sua cooperação no domínio da governação dos oceanos e da economia azul (ver introdução e contextualização). Os dois continentes sublinharam igualmente a necessidade de capacitar as mulheres e os jovens no setor das pescas e da aquacultura para tirar pleno partido do crescimento azul. Os dois blocos regionais apoiam o investimento na juventude para acelerar o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. A 6.ª Cimeira UA-UE identificou um interesse comum mais abrangente (indiretamente relacionado com a governação dos oceanos) em proporcionar aos jovens as competências e oportunidades de que necessitam através da mobilização de investimentos inovadores e orientados, capacitando os jovens, tanto raparigas como rapazes, em igualdade de condições para participarem na vida política, económica e social.

O posicionamento geográfico de África e da Europa e os interesses e desafios mútuos em matéria de governação dos oceanos apontam para a necessidade de uma responsabilidade conjunta em relação a este espaço, tal como salientado pelos seguintes [factos essenciais](#):

- 60% dos oceanos do mundo encontram-se em zonas não sujeitas à jurisdição nacional, o que exige uma cooperação multilateral.
- A maioria dos Estados-Membros da UA e da UE são países costeiros (39 dos 55 da UA e 22 dos 27 Estados-membros da UE).
- Os dois continentes possuem algumas das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE); [\(25 milhões de quilómetros quadrados](#) para a UE e [13 milhões de quilómetros quadrados](#) para a UA).
- Apenas 10,8% dos mares e costas europeus estão designados como áreas marinhas protegidas (AMP) e menos de 1% estão totalmente protegidos, de acordo com a [Agência Europeia do Ambiente](#).

- Excluindo as AMP de Santa Helena, as AMP de África cobrem cerca de 16,67% da ZEE combinada do continente, de acordo com um relatório de 2020 da base de dados [Protected Planet](#).
- [África e a Europa encontram-se nas proximidades de um quarto dos Grandes Ecossistemas Marinhos \(GEM\) do mundo](#).
- 90% das importações e exportações de África são transportadas por via marítima, enquanto a UE é a maior parceira de África em termos de exportações (36%) e importações (33%). Os meios de subsistência costeiros dependem de uma gestão equitativa e sustentável dos recursos marinhos. Cerca de metade da população de África e da Europa vive a menos de 100 km da costa – a maioria concentrada em zonas urbanas ao longo da costa.

Há décadas que as atividades da UE em África apoiam a exploração sustentável, a gestão e a conservação dos recursos biológicos marinhos e do ambiente marinho, o desenvolvimento de conhecimentos e pareceres científicos, a melhoria da coerência das políticas, o apoio às ações necessárias para erradicar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e o reforço dos organismos regionais responsáveis pela gestão das unidades populacionais de peixes.

Em termos gerais, foram estruturadas em torno de dois pilares:

A) Gestão das pescas:

- A UE tem [acordos de parceria para a pesca sustentável \(APPS\)](#) bilaterais com 12 países africanos, que fornecem fundos para apoio setorial
- É também membro de [Organizações Regionais de Gestão das Pescas \(ORGP\)](#) e Organismos Regionais de Pescas (ORP) que cobrem as águas africanas, como a CICTA, o GFMC, a IOTC, a CECA e a SWIOFC. As reuniões das ORGP constituem uma oportunidade para a UE e os países africanos trabalharem em conjunto para promover a sustentabilidade de determinadas unidades populacionais de peixes.
- Projetos como o PESCAO também promoveram a cooperação entre alguns países/regiões de África e a UE.
- No que diz respeito à aquacultura, a DG MARE trabalhou com a FAO para definir diretrizes globais que ajudem os países africanos a desenvolver esta atividade económica de forma sustentável.
- Globalmente, África é o principal beneficiário dos fundos da UE para as pescas e a aquacultura, recebendo cerca de

200 milhões de euros (de um conjunto total de 450 milhões de euros).

B) A Agenda para a governação internacional dos oceanos

- Desde a entrada em vigor do regulamento europeu relativo à pesca INN em 2010, a Comissão Europeia tem estado ativa em África, primeiro na África Ocidental e, mais recentemente, na África Oriental. O trabalho centrou-se nos Estados costeiros que apresentam deficiências na gestão dos seus recursos haliêuticos e no acompanhamento e controlo das atividades de pesca nas suas águas, assim como nos Estados de bandeira das numerosas embarcações que operam nestas regiões.
- A segurança marítima é uma questão importante em ambos os lados de África. Anteriormente, a Somália e as águas do noroeste do Oceano Índico eram um ponto crítico para a pirataria. Nos últimos anos, a pirataria tem-se tornado cada vez mais frequente no Golfo da Guiné e no Corno de África.
- Cooperação entre bacias marítimas no âmbito da estratégia da UE para a bacia do Mediterrâneo e, em certa medida, com algumas regiões ultraperiféricas situadas nos oceanos Atlântico e Índico.

Para além destes pilares, a economia azul foi recentemente referenciada ou abordada na utilização do apoio setorial em alguns APPS, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento da aquacultura. A Comissão Europeia trabalha também em estreita colaboração com os países do Norte de África através do processo 5+5 que levou à adoção da Iniciativa WestMed¹.

Em colaboração com a COI UNESCO, a Comissão Europeia elaborou diretrizes internacionalmente aceites sobre o ordenamento do espaço marítimo (OEM) transfronteiriço. [Os projetos de OEM estão a ser apoiados em alguns países africanos.](#)

O anexo do presente relatório inclui mais informações sobre as ações da UE em África.

Neste contexto, e constatando a existência de desafios e interesses comuns em várias áreas relacionadas com a

governação dos oceanos, e com o objetivo de desenvolver um diálogo mais estruturado com África, a Direção-Geral da Comissão Europeia responsável pelos Assuntos Marítimos e Pescas (DG MARE) incumbiu um [estudo de viabilidade sobre uma “Task Force UE-África para a cooperação política e o diálogo sobre a governação internacional dos oceanos” em 2020.](#)

Este trabalho beneficiou de comentários e sugestões das partes interessadas da Europa e de África, incluindo a União Africana. Observando a necessidade crítica de África e a Europa trabalharem em conjunto na identificação de áreas comuns de enfoque e interesse, com base nas aspirações e estratégias continentais de cada um, bem como em situações específicas do contexto devido às suas diversas componentes, o [estudo de viabilidade](#) identificou os seguintes domínios temáticos possíveis para a cooperação UE-África:

- Economia azul circular, resiliente às alterações climáticas e com baixo teor de carbono.
- Aquacultura
- Investigação, inovação e dados sobre os oceanos e digitalização e transferência de tecnologia.
- Ordenamento do espaço marítimo e gestão baseada nos ecossistemas
- Concorrência leal entre a UE e os produtores de produtos do mar de países terceiros.
- Inclusão e competências.
- Investimento relacionado com os oceanos: parceria público-privada e empreendedorismo.

A principal recomendação do estudo é que um Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos (referido como uma Task Force UE-África no estudo) seria oportuno e altamente positivo para os dois continentes e expandiria a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades relevantes para ambas as partes. Aumentaria o nível de cooperação e de compreensão entre os dois continentes e alargaria a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades.

¹ Iniciativa a favor do desenvolvimento sustentável da economia azul no Mediterrâneo Ocidental, COM(2017) 183 final, 19.4.2017.

Acordos de parceria no domínio da pesca sustentável:

As ameaças marítimas afetam o desenvolvimento de economias azuis sustentáveis e têm impacto no bem-estar das comunidades costeiras. O oceano é também fundamental para a conectividade intercontinental entre a Europa e África para o comércio e as atividades económicas. Por conseguinte, deve ser gerido de forma sustentável para benefício de todos. Neste contexto, a UE e os países africanos elaboraram uma série de Acordos de parceria para a pesca sustentável (APPS).

Os APPS têm por objetivo abordar questões relacionadas com a gestão sustentável das pescas, incluindo a sobrepesca, a pesca ilegal, o impacto ambiental e o desenvolvimento económico. Os acordos promovem práticas de pesca sustentáveis, reduzem as capturas acidentais e as devoluções e asseguram o cumprimento dos regulamentos. O objetivo é garantir que as atividades de pesca sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental e económico e contribuam para a conservação a longo prazo das unidades populacionais de peixes e dos ecossistemas marinhos. Consequentemente, a União Europeia assinou vários acordos APPS com países africanos, incluindo o Senegal, a Mauritânia e Cabo Verde, entre muitos outros. Estes acordos visam promover práticas de pesca sustentáveis e garantir que as embarcações da UE cumprem as regras e regulamentos internacionais relacionados com a pesca, o controlo e a transparência. Os acordos incluem igualmente cláusulas relativas aos direitos humanos e às condições de trabalho dos pescadores.

Embora os APPS permitam que as embarcações da UE pesquem unidades populacionais em excesso na zona económica exclusiva (ZEE) de países terceiros, asseguram também a igualdade de regras, a gestão científica e a responsabilização social, com ênfase na sustentabilidade ambiental, no crescimento local, nos direitos humanos e na responsabilidade partilhada.

Os APPS têm por objetivo evitar os riscos relacionados com a pesca INN, que continua a ser uma questão importante a nível mundial. A pesca INN tem consequências negativas de grande alcance a três níveis. O esgotamento dos recursos marinhos locais afeta negativamente a segurança alimentar e os meios de subsistência das comunidades nas zonas costeiras. Põe em risco os projetos de gestão das unidades populacionais de peixes essenciais para as iniciativas da economia azul. Além disso, a pesca INN mina a confiança do público na aplicação da lei e no governo, o que pode levar à violência e tornar o crime organizado mais lucrativo. Esta situação conduz a um ciclo vicioso de violência e instabilidade, que compromete o potencial a longo prazo dos investimentos marítimos.

Estima-se que países como a Mauritânia, o Senegal, a Gâmbia, a Guiné-Bissau, a Guiné e a Serra Leoa percam até 2,3 mil milhões de dólares americanos por ano devido à pesca INN. No entanto, a pesca INN não é exclusiva da África Ocidental e afeta também a África Oriental e o Corno de África. A cooperação a um nível de governação mais vasto pode resolver eficazmente este desafio.

Os APPS existem no âmbito de um quadro da dimensão externa da Política Comum das Pescas (PCP) da UE e permitem que as embarcações da UE pesquem unidades populacionais de peixes excedentárias na ZEE do país parceiro, no âmbito de um quadro de acordos bilaterais celebrados com vários países africanos.

No entanto, no contexto das preocupações crescentes com a sobre-exploração das unidades populacionais de peixes e a natureza em constante evolução do ambiente das pescas, o compromisso com a sustentabilidade é crucial para garantir que os APPS possam beneficiar efetivamente a UE e os Estados africanos num ambiente complexo e em evolução da cadeia de abastecimento das pescas, confrontado com vários desafios significativos que devem ser abordados.

Estas incluem a necessidade premente de uma maior transparência da informação, de uma comunicação mais exata dos dados capturados e de uma maior cooperação com as iniciativas locais de conservação e gestão.

1.7 Análise comparativa das prioridades e potencial agenda comum

Sendo ambos continentes rodeados por uma das mais importantes biodiversidades marinhas do mundo, rotas comerciais marítimas estratégicas, recursos aquáticos abundantes e ativos de carbono azul, África e a Europa devem orientar a governação dos oceanos e o desenvolvimento da economia azul através de políticas de impacto que cumpram

os objetivos globais e continentais.

Com base em prioridades pré-identificadas para África e a Europa, podem ser exploradas questões de interesse comum para reforçar a cooperação África-Europa. A tabela 5 abaixo ilustra-as:

Tabela 5: Análise comparativa das prioridades

Prioridades UE-África pré-identificadas para o trabalho conjunto	Prioridades da UA consagradas na estratégia de economia azul e na Agenda 2063	Prioridades da UE consagradas no Relatório sobre a Economia Azul 2022 e na Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos	Interesse partilhado em trabalhar em conjunto nas seguintes questões
Economia azul circular, resiliente às alterações climáticas e com baixo teor de carbono.	Sustentabilidade ambiental, alterações climáticas e infraestruturas costeiras.	Aplicação da COP21 e mitigação dos oceanos, conservação de 10% das zonas marinhas e costeiras, economia azul circular, contabilidade dos ecossistemas e tratamento das águas residuais com soluções baseadas na natureza	Interesse partilhado em trabalhar para uma economia azul justa e sustentável, com especial incidência na salvaguarda do ambiente natural, na conservação da biodiversidade e no reforço da resiliência climática através de soluções baseadas na natureza.
Aquacultura	Pesca, aquacultura e conservação dos ecossistemas.	Combater a pesca ilegal e promover a gestão sustentável dos recursos alimentares dos oceanos a nível mundial, proibir os subsídios prejudiciais à pesca, melhorar e reforçar a gestão regional das pescas.	Interesse partilhado em trabalhar para o desenvolvimento de uma aquacultura e pesca sustentáveis com claros benefícios para a natureza e para as pessoas.
Investigação, inovação e dados sobre os oceanos e digitalização e transferência de tecnologia.	Políticas baseadas no conhecimento, integração do planeamento, maior cooperação em matéria de dados.	Melhorar a coordenação e a cooperação entre organizações internacionais e lançar parcerias oceânicas para a gestão dos oceanos, o reforço das capacidades, o investimento na inovação e ciência “azul”, a investigação internacional sobre os oceanos, as parcerias científicas e de inovação, a observação dos oceanos, os dados e a contabilização marinha.	Interesse partilhado na inovação e na modernização dos setores tradicionais dos oceanos com a melhor investigação, dados disponíveis e conhecimentos locais.
Ordenamento do espaço marítimo e gestão baseada nos ecossistemas.	Melhoria da governação; Promoção da paz e da segurança a nível continental	Preencher as lacunas do quadro internacional de governação dos oceanos, promover a gestão eficaz das áreas marinhas protegidas (AMP), garantir a segurança e a proteção dos mares e oceanos.	Interesse comum em trabalhar no sentido de melhorar e reforçar a governação dos oceanos e a eficácia da gestão, incluindo a Agenda 30x30, assente nos princípios do desenvolvimento e da

			segurança.
Concorrência leal entre a UE e os produtores de produtos do mar de países terceiros.	Governança, instituições e ações sociais.	Melhorar a coordenação e a cooperação entre organizações internacionais e lançar parcerias oceânicas para a gestão dos oceanos.	Interesse comum em trabalhar em prol de um futuro justo e equitativo, assente numa melhor governação dos oceanos.
Inclusão e competências.	Agência e liderança de mulheres e jovens.	Desenvolver novas formas de governação e colaboração para envolver os cidadãos, especialmente os jovens (Coligação EU4Ocean).	Interesse partilhado em trabalhar em prol de ações sociais, assente na inclusão, com especial destaque para os jovens e as mulheres.
Investimento relacionado com os oceanos: parceria público-privada e empreendedorismo.	Expedição, transporte e comércio. Energia sustentável, minerais de extração, gás, indústrias inovadoras.	Energias renováveis marinhas, fontes emergentes de energia oceânica, atividades e infraestruturas portuárias, construção e reparação naval, transporte marítimo.	Interesse partilhado em trabalhar no sentido de criar um ambiente propício aos oceanos e condições favoráveis às empresas e às parcerias público-privadas.

Produzido pela Fundação África-Europa, 2023

Várias áreas da zona marítima combinada de África apresentam oportunidades para reforçar a cooperação África-Europa. A Estratégia de economia azul da UA definiu várias prioridades para a realização dos seus objetivos coletivos. Para tal, a União Europeia pode ter um papel fundamental na contribuição para os projetos e iniciativas já delineados pelos seus homólogos africanos. No entanto, para que tal aconteça, será imperativo que a UA e a UE cheguem a acordo sobre uma definição e um âmbito comuns da

economia azul, a fim de evitar confusões e incoerências na sua aplicação.

A tabela seguinte apresenta uma lista não exaustiva de ligações entre os objetivos de desenvolvimento da economia azul, os ODS e as aspirações da Agenda 2063 que mencionam a economia azul. Estes objetivos estão igualmente em consonância com os objetivos da parceria renovada UA-UE:

Tabela 6: Economia azul e ODS

Potenciais pontos POSITIVOS do desenvolvimento de uma economia azul sustentável	ODS da ONU	Agenda 2063 da UA: aspirações	Potenciais pontos NEGATIVOS do desenvolvimento de uma economia azul insustentável
Transição para economias com baixas emissões de carbono; resiliência face a um futuro climático incerto	Objetivo 13 Alterações climáticas	Objetivo 7 Economias e comunidades sustentáveis do ponto de vista ambiental e resistentes às alterações climáticas	Aumento da intensidade do carbono; Degradação costeira que resulta em vulnerabilidade climática
Melhoria da saúde dos ecossistemas aquáticos e marinhos; Aumento da abundância das unidades populacionais para apoiar uma pesca sustentável	Objetivo 14 Proteger a vida marinha	Objetivo 6 Economia azul/oceânica para um crescimento acelerado	Sobre-exploração dos recursos aquáticos e marinhos; Degradação ambiental
Aumento da segurança da água; Melhoria da partilha sustentável da água transfronteiriça	Objetivo 15 Proteger a vida terrestre	Objetivo 7 Economias e comunidades sustentáveis do ponto de vista ambiental e resistentes às alterações climáticas	Poluição por nutrientes e perda de biodiversidade
Melhoria da governação; Promoção da paz e da segurança a nível continental	Objetivo 16 Paz, justiça e instituições eficazes	Objetivo 12 Instituições capazes e liderança transformadora em vigor	Conflito de recursos; Não implementação e não aplicação de leis e regulamentos; Doença holandesa e a maldição dos recursos

Adaptado da UNECA, 2016, e da Agenda UA 2063.

Embora a tabela acima apresente uma lista não exaustiva das ligações da economia azul aos ODS e às aspirações da Agenda 2063, [um relatório da World Ocean Initiative](#) mostra que a economia azul partilha fortes ligações a todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a outros acordos internacionais, como os acordos de Paris (2015) e de Kunming-Montreal (2022).

- **Objetivo 1:** Erradicar a pobreza | O oceano é o meio de subsistência de milhões de pessoas através dos setores da economia azul, como a pesca e o turismo.
- **Objetivo 2:** Erradicar a fome | O oceano é uma fonte de alimento para milhões de pessoas e as práticas de pesca sustentáveis podem ajudar a garantir a segurança alimentar, bem como melhorar a alimentação das pessoas, uma vez que os alimentos azuis oriundos do oceano são uma das fontes primárias de proteína.
- **Objetivo 3:** Saúde de qualidade | O oceano proporciona oportunidades recreativas e de relaxamento, o que pode melhorar a saúde mental e física. Também contém diversos organismos que os cientistas podem descobrir e com eles desenvolver novos medicamentos.
- **Objetivo 4:** Educação de qualidade | O oceano é um recurso educativo valioso, proporcionando oportunidades de investigação nas ciências marinhas e de educação ambiental.
- **Objetivo 5:** Igualdade de género | As mulheres estão frequentemente envolvidas na pesca artesanal e na aquacultura de pequena escala e a sua capacitação pode conduzir a uma utilização mais sustentável e equitativa dos recursos oceânicos.
- **Objetivo 6:** Água potável e saneamento | A qualidade dos recursos marinhos desempenha um papel fundamental no ciclo da água (e vice-versa) e o oceano pode ser uma fonte de água doce através da dessalinização.
- **Objetivo 7:** Energias renováveis e acessíveis | O oceano fornece energia renovável através da energia eólica, das ondas e das marés.
- **Objetivo 8:** Trabalho digno e crescimento económico | A economia dos oceanos contribui significativamente para o PIB mundial e as indústrias oceânicas sustentáveis podem criar emprego e crescimento económico.
- **Objetivo 9:** Indústria, inovação e infraestruturas | O oceano oferece oportunidades de inovação em domínios como a biotecnologia marinha e a aquacultura sustentável. As infraestruturas marítimas, como os portos, desempenham um papel vital em muitas economias do mundo.
- **Objetivo 10:** Reduzir as desigualdades | O oceano pode ajudar a reduzir as desigualdades, proporcionando oportunidades para a pesca em pequena escala e para as comunidades costeiras participarem na economia azul. |
- **Objetivo 11:** Cidades e comunidades sustentáveis | O oceano desempenha um papel fundamental nos ecossistemas costeiros e pode contribuir para apoiar o desenvolvimento económico e, conseqüentemente, um planeamento urbano sustentável e resistente às alterações climáticas.
- **Objetivo 12:** Produção e consumo sustentáveis | As práticas de pesca sustentáveis e a aquacultura responsável podem ajudar a garantir a saúde dos ecossistemas e recursos oceânicos a longo prazo.
- **Objetivo 13:** Parcerias para a implementação dos objetivos | As parcerias entre os governos, a sociedade civil e o setor privado são fundamentais para a gestão e conservação sustentáveis dos oceanos.

SECÇÃO 2

Avaliação

Com base no ponto da situação apresentado no primeiro capítulo, o segundo capítulo apresenta uma avaliação dos principais desafios e oportunidades para o reforço da cooperação transcontinental, explorando uma série de

questões que podem servir de base ao desenvolvimento de uma parceria África-Europa no domínio dos oceanos.

2.1 Gerir o oceano de forma sustentável e equitativa

Embora as perspetivas de melhoria da cooperação África-Europa no domínio da economia azul e da governação dos oceanos sejam promissoras, existem obstáculos à promoção de uma parceria mais estreita entre os dois continentes. Estes desafios são económicos e políticos e estão ligados ao clima, à biodiversidade e à segurança.

O oceano é um motor essencial do desenvolvimento humano e económico global e oferece perspetivas notáveis para muitas nações em África e na Europa. Embora o ambiente marítimo proporcione oportunidades económicas e financeiras significativas, a exploração descontrolada pode causar grandes danos se ocorrer num local sem legislação e ecologicamente frágil. Por conseguinte, a governação adequada dos oceanos e a proteção do ambiente devem ser sempre tidas em conta na aplicação e no desenvolvimento de estratégias da economia azul e no estabelecimento ou reforço de parcerias.

A abordagem da economia azul procura um equilíbrio entre o potencial económico dos recursos oceânicos e a necessidade de garantir a saúde, a sustentabilidade e a equidade social dos oceanos. Neste contexto, as Nações Unidas definiram a economia azul como um sistema de indústrias e políticas que determinam se a exploração dos recursos oceânicos é sustentável. Compreender e gerir melhor as numerosas facetas da sustentabilidade marinha, desde a pesca sustentável e a saúde dos ecossistemas até à prevenção da poluição, é um problema importante para a economia azul.

O desenvolvimento de uma economia azul sustentável deve ter em conta as vantagens socioeconómicas e a preservação ecológica. No entanto, no primeiro caso, tanto em África como na Europa, existe uma grande assimetria no peso financeiro dos intervenientes globais e locais na economia azul. Isto pode levar a que as empresas locais e os meios de subsistência tradicionais sejam ultrapassados por empresas globais e esforços governamentais com uma inclusão social limitada e questões de sustentabilidade ambiental.

A governação da economia azul obriga-nos a reconhecer que será necessária uma abordagem intersetorial, associada à cooperação internacional em várias parcerias e à aplicação efetiva dos acordos, para gerir de forma sustentável os recursos oceânicos, garantindo simultaneamente a sua inclusão e dimensão social.

No entanto, o oceano é vulnerável à “tragédia dos comuns”, que se refere a uma situação em que as pessoas com acesso a recursos partilhados agem de acordo com os seus interesses individuais e acabam por esgotar os recursos coletivos e prejudicar o ecossistema, as práticas insustentáveis tornam menos provável a concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável e de meios de subsistência. É necessária uma ação coordenada e esforços coletivos por parte da comunidade internacional para chegar a acordo sobre os níveis oficiais e garantir uma aplicação efetiva dos mesmos.

2.2 Melhorar a governação dos oceanos

Uma abordagem abrangente das questões relativas à governação dos oceanos é uma condição prévia para que África e a Europa cumpram as obrigações multilaterais que as Nações Unidas defenderam ativamente. Estas obrigações incluem o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e das suas 17 Metas.

Devido à natureza transfronteiriça e transversal do oceano, [Bueger \(2015\)](#) identifica quatro áreas de ação como essenciais para a governação dos oceanos. Em primeiro lugar, a coordenação entre várias soberanias, jurisdições e intervenientes. Esta coordenação deve traduzir-se a nível nacional, regional e mundial para alinhar estratégias, leis e governação.

Em segundo lugar, é necessário ter conhecimento do estado do oceano para realizar uma monitorização regular. A conscientização do domínio marítimo (MDA) e a partilha de informações são necessários para uma cooperação internacional prática, tendo em conta as atividades marítimas, a saúde dos oceanos, a deteção de ameaças e a partilha de boas práticas. Além disso, esta partilha de informações deve incluir os sistemas de conhecimentos indígenas sobre a conservação e a governação dos oceanos desenvolvidos ao longo de gerações. Esta abordagem ascendente e inclusiva é necessária para criar confiança, segurança e um sentido de propriedade na parceria que

encoraje uma cultura de partilha.

Por último, Bueger sublinha que a capacidade da maioria dos Estados para governar os oceanos é fraca e precisa de ser reforçada. O reforço das capacidades não deve ser interpretado como uma transferência de conhecimentos e de tecnologias da Europa para África, mas sim como um processo de diálogo que facilita a aprendizagem coletiva e a resolução de problemas. Sendo dois continentes com um vasto espaço marítimo e tradições oceânicas, ambas as partes poderiam tirar o máximo partido dos conhecimentos técnicos de longa data da UE e dos ensinamentos obtidos em matéria de governação dos oceanos e economia azul, apoiando simultaneamente o continente africano a libertar o potencial do seu capital natural e económico azul.

O contexto atual, com Malta a ocupar um lugar temporário no Conselho de Segurança das Nações Unidas e as Comores a presidir à União Africana em 2023, representa uma oportunidade única para os pequenos Estados insulares usarem o seu peso no cenário mundial. É a primeira vez que os Estados insulares assumem posições de liderança em várias instituições multilaterais simultaneamente a nível do Conselho de Segurança da ONU e da UA. Esta ocorrência rara constitui uma oportunidade única para defender uma melhor governação dos oceanos e as preocupações dos PEID a nível mundial.

2.3 Impulsionar a agência África-Europa num contexto geopolítico em mutação

A agência coletiva africana exprime-se de várias formas, nomeadamente através da Agenda 2063: *A África Que Queremos* – o modelo de desenvolvimento de África e a visão ambiciosa para o seu envolvimento com os parceiros, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e a segurança humana para o seu povo.

A atual ordem mundial multipolar está repleta de oportunidades de cooperação em que África pode exercer a

sua influência e utilizar a sua “influência discreta” para fazer avançar as suas agendas de política externa através das suas numerosas parcerias com parceiros tradicionais, como a UE, e potências emergentes, incluindo a China, a Índia e os Estados do Golfo, em várias questões de segurança, económicas e comerciais. Para o efeito, o Conselho Europeu e os seus Estados-Membros decidiram por unanimidade [apoiar um lugar para a União Africana no G20](#) em junho de 2023, tal como foi debatido aquando da 6.ª Cimeira UA-UE

em 2022.

Esta multipolaridade global transformou o envolvimento de África nos assuntos globais com diversos parceiros para forjar parcerias baseadas em interesses mútuos. Esta diversidade de parcerias significa que a Europa, embora continue a ser essencial para o continente, já não detém o monopólio de ser o parceiro mais importante de África. Este facto é visível no declínio relativo da quota da UE-27 no comércio externo de África, que passou de 38,4% em 2000 para 27,4% em 2021.

A força motriz da agência África-Europa num contexto geopolítico em mutação é a necessidade de aumentar a cooperação e a colaboração entre os dois continentes. À medida que o mundo se torna mais interligado e os desafios globais, como as alterações climáticas, as migrações e as ameaças à segurança, se tornam mais prementes, é essencial que África e a Europa trabalhem em conjunto para encontrar soluções.

África e a Europa têm de trabalhar em novas oportunidades de cooperação, como a importância crescente de África enquanto parceiro estratégico da Europa em domínios como o comércio, o investimento e a segurança. A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) é um excelente exemplo disso, uma vez que constitui uma oportunidade única para aumentar o comércio e a integração económica entre África e a Europa.

No entanto, há que enfrentar desafios, como o legado do colonialismo, as dinâmicas de poder desiguais e a necessidade de uma maior representação e participação dos países africanos nos processos de tomada de decisões a nível global.

Para fazer avançar a agência África-Europa neste contexto de mudança, é importante dar prioridade ao diálogo, ao respeito mútuo e a um compromisso partilhado para enfrentar desafios comuns.

A cooperação no domínio da governação dos oceanos constitui uma excelente oportunidade para fazer avançar a

agência África-Europa, uma vez que ambos os continentes têm extensas linhas costeiras e dependem fortemente dos oceanos por razões económicas, sociais e ambientais. No entanto, o oceano enfrenta inúmeros desafios, incluindo a sobrepesca, a poluição e as alterações climáticas, que exigem uma abordagem coordenada e colaborativa.

A agência África-Europa pode desempenhar um papel fundamental na promoção de uma governação sustentável dos oceanos, facilitando o diálogo e a cooperação entre as instituições e os países africanos e europeus. Isto pode incluir a partilha de boas práticas, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e a promoção da aplicação de acordos internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ratificação e aplicação do Tratado do Alto Mar, que, numa altura em que o mundo parece dividido em tantas questões, é “um raro triunfo do multilateralismo”.

De um modo geral, a agência África-Europa pode desempenhar um papel crucial na promoção de uma governação sustentável dos oceanos, fomentando o diálogo, a cooperação e a ação conjunta entre os países africanos e europeus. Isto pode ajudar a enfrentar os desafios do oceano e promover um futuro mais sustentável e próspero para ambos.

A 6.ª Cimeira União Africana – União Europeia, realizada em fevereiro de 2022, constituiu uma oportunidade valiosa para reformular a relação transcontinental, redirecioná-la e afastar-se de uma relação centrada principalmente na ajuda ao desenvolvimento. Teve o apoio de uma Visão conjunta para 2030, que vinculou os dois continentes a uma parceria renovada para construir um futuro comum como parceiros e vizinhos mais próximos.

Neste contexto, os dois continentes concordaram que a Visão conjunta para 2030 deve consolidar uma parceria renovada para a solidariedade, a segurança, a paz e o desenvolvimento económico sustentável e a prosperidade dos cidadãos e das gerações futuras, reunindo os nossos povos, regiões e organizações.

2.4 Aumentar a liderança de governação política e administrativa

A UA-IIRA chama a atenção para a capacidade limitada dos Estados-Membros da UA para implementar eficazmente estratégias e políticas de economia azul relacionadas com a proteção do ambiente. A falta de políticas eficazes e a fragmentação regulamentar também afetam a capacidade de atrair o investimento necessário para a inovação, o conhecimento e as transferências tecnológicas. As limitações em matéria de recursos, incluindo a “influência discreta”, a vulnerabilidade do quadro jurídico, as capacidades e as competências, também se estendem à proteção e segurança marítimas.

Os Estados africanos devem aumentar a sua determinação política para promover a capacidade institucional necessária ao crescimento económico e à sustentabilidade ambiental, reforçando simultaneamente a inclusão social, a fim de alcançar uma economia azul bem sucedida.

Regimes políticos instáveis e frágeis exacerbam os défices de capacidade para garantir uma segurança marítima eficaz e uma boa governação. Esta situação põe em causa uma cooperação significativa entre a Europa e África no domínio da governação dos oceanos.

A economia azul é muito promissora para promover o crescimento económico inclusivo, oferecer oportunidades às populações e atingir os principais objetivos do desenvolvimento sustentável. Como tal, recomenda-se que a África e a Europa trabalhem de forma a apoiarem-se mutuamente para garantir que as suas respetivas administrações e quadros políticos estejam alinhados para responder às suas aspirações políticas em relação à governação dos oceanos e à economia azul.

2.5 Melhorar o clima de investimento e as oportunidades de negócio

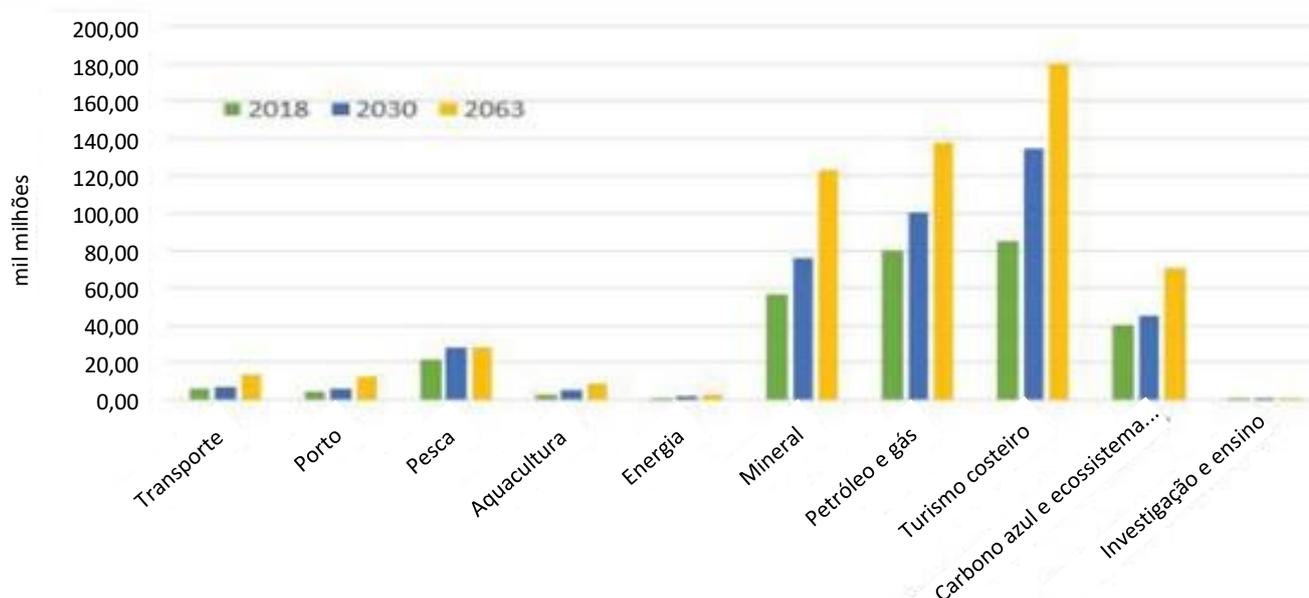
A África e a Europa procuram impulsionar o investimento privado e estimular o empreendedorismo nos setores da economia azul. Para ambos os continentes, os progressos na governação dos oceanos melhoram os investimentos e as perspetivas comerciais, reforçando simultaneamente a eficiência das cadeias de valor. A economia azul representa uma via fundamental para a diversificação económica e o crescimento sustentável. Pode também contribuir para melhorar o ambiente empresarial e o clima de investimento.

Atualmente, a UE está a procurar apoiar África através de investimentos privados por meio de instrumentos financeiros mistos e de garantias para mobilizar recursos nos mercados de capitais com instituições financeiras internacionais, europeias e nacionais. Facilitar a melhoria das cadeias de abastecimento e de valor (nomeadamente através da modernização dos portos e do transporte marítimo, do desenvolvimento de corredores de transporte e da redução das taxas de frete para o transporte de mercadorias) e promover a integração económica podem contribuir para

aumentar o comércio e para impulsionar o crescimento económico e a cooperação entre os países.

No entanto, o nível variável de investimentos recebidos em África reflete tanto a incerteza global como a diversidade do ambiente empresarial em cada país – por exemplo, a África do Sul, a Nigéria, o Quênia, o Egito e Marrocos atraíram coletivamente 58% do total de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) em 2016, enquanto os países mais frágeis enfrentam desafios sistémicos para atrair o investimento privado. Por conseguinte, a cooperação no domínio da governação dos oceanos deve ser adaptada ao ambiente político e empresarial nacional para promover resultados frutuosos.

A criação de um clima favorável ao investimento, a mobilização de fundos nacionais e internacionais e o incentivo ao reforço da cooperação África-Europa no domínio da economia azul exigirão um maior empenho dos intervenientes públicos e privados de ambos os continentes.



O valor criado pelos setores da Economia Azul em África (valor acrescentado) e componentes (valor dos serviços) - ABES, 2020

A parceria África-Europa no domínio da governação dos oceanos deve esforçar-se por aplicar políticas de economia azul que sejam equitativas e sustentáveis. Isto tornar-se-á ainda mais crítico à medida que mais espaço oceânico é explorado para fins alimentares, energéticos, de transporte, de combate às alterações climáticas e de proteção da biodiversidade.

É também fundamental aumentar drasticamente o nível de apoio às organizações de apoio ao empreendedorismo (ESO),

uma vez que estas têm e terão um papel central a desempenhar na aceleração do desenvolvimento de uma economia azul sustentável. Por conseguinte, a Parceria África-Europa deve integrar deliberadamente este aspeto para reforçar a cooperação no domínio da governação dos oceanos e economia azul, bem como centrar-se na assistência técnica e na concessão de subvenções às comunidades costeiras e no apoio ao arranque do empreendedorismo azul.

2.6 Compreender a multiplicidade de intervenientes

A representação das partes interessadas é outro desafio para uma cooperação significativa entre a Europa e África. Ambos os continentes partilham uma preocupação comum, que é o facto de a maioria das comunidades costeiras e lacustres em África serem pobres, carecerem de educação e de capacidades, terem poucos direitos de posse sobre os recursos e serem frequentemente excluídas do processo de tomada de decisões.

É importante equilibrar os interesses das grandes empresas, que dispõem de meios para exercer uma grande pressão económica e política sobre as comunidades locais mais afetadas e que raramente fazem ouvir a sua voz. Além disso, os planos de governação estratégica, como a Estratégia Marítima Integrada de África (MIA), nem sempre incluíram

um plano de contingência que pudesse acelerar a adesão de todos os Estados africanos. As questões relacionadas com a fraca adesão política das instituições competentes para coordenar e garantir a aplicação das estratégias marítimas e com um mecanismo de cooperação inadequado são desafios identificados no passado.

Uma cooperação insuficiente entre países e instituições regionais e subregionais, incluindo o comércio intra-africano, pode comprometer uma cooperação eficaz e significativa com a UE. No caso da economia azul, a falta de coordenação entre os Estados-Membros da União Africana estende-se aos domínios da governação, da monitorização e da aplicação da lei, que são fundamentais para a proteção e segurança marítimas.

Okafor-Yarwood et al., (2020) propõem uma abordagem colaborativa em que a gestão da economia azul envolve intervenientes e partes interessadas a vários níveis no processo de desenvolvimento. A sua análise defende que esta abordagem deve ser implementada desde o início, da definição de objetivos à avaliação dos resultados, colmatando as lacunas entre as abordagens descendentes e ascendentes. Esta abordagem de gestão colaborativa deve estar na base da parceria África-Europa no domínio da governação dos oceanos.

No entanto, a aplicação desta estratégia pode ser dispendiosa e morosa. A pouca confiança no empenho a longo prazo das partes interessadas a vários níveis e os interesses divergentes em jogo tornam difícil chegar a acordo sobre as prioridades, o que pode pôr em causa a gestão colaborativa da economia azul. Apesar destes desafios, a gestão colaborativa deverá aumentar a abertura ao nível das técnicas de sustentabilidade dos recursos, dar às populações locais um sentimento de pertença e de propriedade e reduzir os riscos de falhas de comunicação.

2.7 Ação coletiva para preservar a biodiversidade dos oceanos e combater as alterações climáticas

A nível mundial, a diversidade da vida marinha está a diminuir a um ritmo alarmante. Devido à interação de múltiplos fatores de tensão antropogénicos, as funções dos ecossistemas marinhos estão a degradar-se, a distribuição das espécies está a mudar, as populações de animais selvagens estão a desaparecer rapidamente e estão a formar-se novos ecossistemas com características e serviços desconhecidos.

Estas perdas para a biodiversidade marinha e para a saúde dos ecossistemas constituem uma ameaça ao bem-estar e à sobrevivência de uma grande parte, se não de toda a população humana, que depende dos inúmeros benefícios proporcionados pela biodiversidade e pelos ecossistemas marinhos, como a regulação do clima, a proteção costeira, a produção de alimentos e medicamentos, as atividades de lazer e os meios de subsistência.

Existem ligações fundamentais entre o sistema terrestre e a saúde dos oceanos. Uma das funções cruciais dos oceanos é regular o clima e amortecer os efeitos das alterações climáticas. O calor, a água e os gases com efeito de estufa, como o dióxido de carbono, são armazenados, transportados e trocados entre a atmosfera e o oceano. Devido aos danos causados pela crise climática provocada pelo homem, o oceano está a aquecer e a subir, com muitas consequências adversas para o mundo natural e urbano e para as suas populações.

A situação atual dos oceanos exige uma cooperação internacional. Em África e na Europa, é urgente trabalhar no sentido de inverter a crise climática e a crise da biodiversidade e fazer face ao aumento da poluição, à pesca

insustentável e à exploração dos recursos, bem como à pressão crescente resultante das cidades costeiras e das infraestruturas portuárias, do transporte marítimo e de outras atividades económicas relacionadas com os oceanos.

Uma vez que os seres humanos fazem parte de um ecossistema mais vasto que depende do bem-estar dos oceanos, é do interesse do futuro da humanidade cooperar e identificar soluções positivas para a natureza, a fim de adaptar e atenuar o impacto das alterações climáticas.

No entanto, o financiamento climático em África fica aquém do que é necessário para financiar ações de adaptação às alterações climáticas e para fazer face às perdas e danos. Embora África tenha recebido quase 20 mil milhões de dólares em financiamento climático entre 2016 e 2020, este valor contrasta com os custos anuais de adaptação estimados em 30 a 50 mil milhões de dólares para o período até 2030.

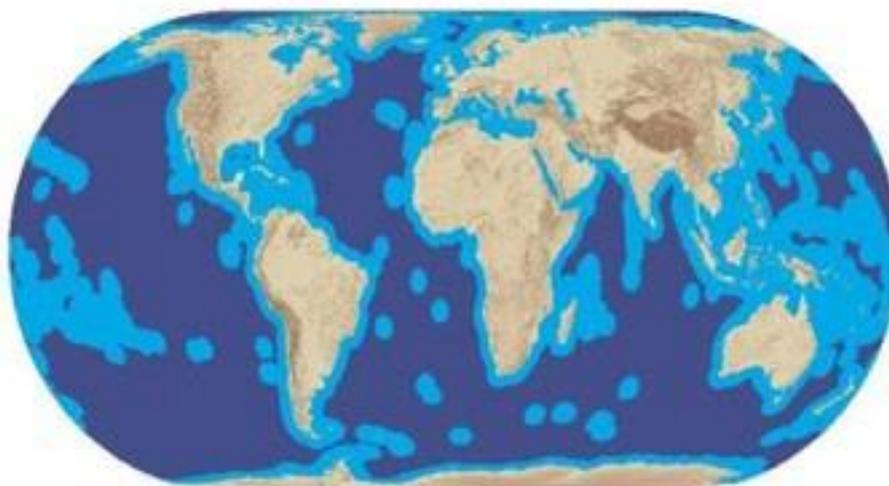
Além disso, as complexidades relativas aos processos de candidatura e de acreditação para aceder ao financiamento climático podem ser morosas e, muitas vezes, levar a que os países e organizações africanos não tenham acesso ao financiamento disponível.

A UE pode ajudar a resolver o problema da morosidade dos processos, bem como a reforçar a capacidade dos países africanos para desenvolverem as competências institucionais, financeiras e administrativas necessárias, através de parcerias técnicas e soluções financeiras azuis adaptadas aos contextos socioeconómicos locais. Surge uma oportunidade clara de alargar a ação climática aos oceanos no âmbito da parceria África-Europa.

Uma iniciativa digna de nota que também pode beneficiar da colaboração África-Europa diz respeito às zonas não sujeitas à jurisdição nacional (ABNJ), a mais de 200 milhas náuticas de terra. As zonas ABNJ, que compreendem dois terços dos

oceanos do mundo, são geralmente designadas por “alto mar” e constituem as zonas em que nenhuma nação reivindica direitos e responsabilidades.

MAPA DOS OCEANOS MUNDIAIS COM A REPRESENTAÇÃO DAS ABNJ



71%
da Terra é coberta pelo oceano

64%
do oceano é considerado alto mar/águas internacionais

45%
da superfície da Terra é coberta pelo alto mar

 Jurisdição das águas
 Alto mar

Fonte: National Geographic

O alto mar representa 64% do espaço oceânico mundial. O acordo internacional relativo à “conservação e à utilização sustentável da biodiversidade marinha das zonas não sujeitas à jurisdição nacional” (BBNJ), concluído em junho de 2023, é um desenvolvimento bem-vindo que pode reforçar a cooperação África-Europa a nível multilateral. África e a Europa poderiam conjugar esforços para ratificar o acordo, a fim de o fazer entrar em vigor rapidamente. O processo de ratificação e a aplicação do acordo terão de ser informados por questões científicas e jurídicas, criando um espaço substancial para a colaboração entre as partes interessadas africanas e europeias, tanto do setor público como da sociedade civil (incluindo empresas do setor privado).

A conclusão do Tratado do Alto Mar era crucial para a concretização do compromisso 30x30 da Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas, que promete proteger 30% dos oceanos até 2030. Na ausência do tratado BBNJ, o objetivo 30x30 corre o risco de falhar devido à ausência de mecanismos legais para regular a criação de áreas marinhas protegidas. Os países africanos, como as Seychelles, já deram

provas de liderança, transformando 30% da sua ZEE em áreas marinhas protegidas.

Além disso, é chegado o momento de pensar de novo nas atividades da economia azul e de apoiar os esforços de diversificação para atividades económicas sustentáveis e positivas para a natureza. Metade da produção económica do oceano provém da exploração de petróleo e gás offshore, com a maioria das empresas da economia azul a operar neste setor. Estas empresas recebem subsídios estatais significativos, enquanto as suas receitas pouco contribuem para os orçamentos do Estado e para o desenvolvimento da comunidade.

Tendo em conta as contribuições dos recursos marinhos e os efeitos do esgotamento dos recursos nos meios de subsistência, a criação de uma colaboração e de redes mais alargadas entre a África e a Europa contribuiria significativamente para equilibrar as exigências costeiras, salvaguardar ecossistemas importantes e reforçar a resiliência dos habitantes das zonas costeiras.

2.8 A segurança marítima deve estar na base da parceria oceânica África-Europa

A governação eficaz dos oceanos e a geração de receitas a partir das economias azuis de África podem ser difíceis num futuro próximo, dada a fraca aplicação da lei face ao vasto conjunto de questões de segurança marítima. Estas vão da pirataria ao rapto, ao assalto à mão armada, ao contrabando de armas, ao tráfico de droga e ao tráfico de seres humanos, contra os quais as agências de segurança africanas têm uma capacidade de ação muito limitada.

Dado que as questões de proteção do transporte marítimo ao largo das costas africanas são frequentemente multifacetadas e envolvem várias jurisdições, é urgente dar respostas proativas e coordenadas a nível nacional e regional. Além disso, África enfrenta uma falta crítica de embarcações da marinha e da guarda costeira e de vigilância, que deve ser resolvida para garantir uma governação adequada dos oceanos.

A segurança e o desenvolvimento estão intimamente ligados e exigem deliberações e decisões a nível continental. [A investigação](#) do Instituto de Estudos de Segurança mostra que a segurança marítima é essencial para o desenvolvimento das economias azuis. As ameaças marítimas comprometem o desenvolvimento socioeconómico e dificultam a segurança das rotas comerciais, a proteção das economias oceânicas e o aproveitamento dos seus benefícios.

A incerteza quanto à delimitação das fronteiras está na origem de litígios fronteiriços. Esta situação pode resultar da descoberta de depósitos de gás e petróleo em várias massas de água, acelerando a insegurança marítima e as alterações climáticas. Para além disso, existe uma ameaça crescente à segurança alimentar dos oceanos e à saúde geral dos oceanos devido à pesca INN. De acordo com um relatório recente da coligação para a transparência financeira, metade das embarcações de pesca industrial INN a nível mundial operam nas águas costeiras de África, custando ao continente até 11 mil milhões de dólares por ano em receitas perdidas e em peixe capturado.

A paisagem marítima geográfica de África e a importância do comércio marítimo exigem que o continente invista no reforço da segurança marítima para fazer face ao crescimento previsto das atividades da economia azul. Paralelamente, devem ser intensificados os esforços para combater as atividades ilegais e ilícitas no mar ou as ameaças ao ambiente marinho, como a pesca INN ou as descargas oceânicas.

O reforço da cooperação e da ação entre a Europa e África em matéria de segurança marítima pode constituir uma forma muito concreta de promover uma melhor governação dos oceanos. Por conseguinte, um quadro para a partilha de tecnologias e o reforço da cooperação em questões relacionadas com a segurança constituiria um esforço digno de nota para reforçar a cooperação África-Europa.

2.9 O conceito emergente do Indo-Pacífico

O espaço marítimo interligado que atravessa os oceanos Índico e Pacífico continua a ser crucial à medida que o mundo se torna cada vez mais globalizado e os continentes se interligam. Vários comentadores do Indo-Pacífico [acreditam](#) que África poderá ficar encurralada pela concorrência das

grandes potências, perturbando os esforços de desenvolvimento de África no Oceano Índico. Cada Estado está envolvido em relações bilaterais com as principais potências mundiais em matéria de desenvolvimento, paz e segurança, mas não existe uma estratégia africana clara para

uma posição comum no Indo-Pacífico.

Muitas das maiores economias do mundo, incluindo a China, o Japão e os EUA, estão ativas nesta região oceânica. De acordo com a [investigação](#) do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 60% do comércio é efetuado através das suas águas e as economias combinadas dos países do Indo-Pacífico representam 60% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. O Indo-Pacífico parece estar a tornar-se rapidamente uma arena de contestação e cooperação geopolítica para promover a influência e os interesses globais entre as potências mundiais.

Recentemente, os Países Baixos, a Alemanha e a França desenvolveram estratégias para envolver a região. Na primavera de 2021, a UE adotou uma [estratégia de cooperação no Indo-Pacífico](#). O Fórum Ministerial da UE para a Cooperação na região do Indo-Pacífico, realizado em Paris, França, em fevereiro de 2022, assistiu a uma mudança de uma abordagem puramente de segurança e defesa para se centrar também na conectividade e nas questões digitais, nas alterações climáticas e na proteção da biodiversidade dos oceanos como objetivos fundamentais de uma estratégia da UE para a região.

A importância desta paisagem para a segurança marítima e a governação de África não deve ser subestimada, mas o [papel](#) de África é atualmente pouco claro. A maioria das estratégias para a região do Indo-Pacífico não considera o envolvimento com África uma prioridade e os próprios países africanos estão [mal preparados](#), tendo ainda de articular publicamente estratégias claras de política externa em resposta. A África do Sul referiu-se às oportunidades proporcionadas pela Associação da Orla do Oceano Índico (IORA) para prosseguir a cooperação em atividades económicas azuis, como o comércio e a energia, e para uma maior colaboração com os países do Pacífico, a fim de afirmar o seu lugar como uma verdadeira nação marítima.

A importância geoestratégica das nações marítimas, como a África do Sul, estende-se aos países africanos sem litoral, que têm assistido a investimentos em projetos de infraestruturas regionais, como a mais recente megaponte de África, a ponte Kazungula, que ligará a República Democrática do Congo, através da Zâmbia e do Botsuana, ao porto de Durban, a fim de facilitar o comércio de recursos minerais cruciais, como o cobalto.

O conceito emergente do Indo-Pacífico é fundamental para a parceria no domínio da governação dos oceanos porque reconhece a importância dos oceanos Índico e Pacífico como um espaço estratégico único. O conceito sublinha a necessidade de cooperação entre os países da região para enfrentar desafios comuns, como a segurança marítima, o desenvolvimento sustentável e as alterações climáticas.

A UE e a UA têm um interesse comum em promover uma governação sustentável dos oceanos na região do Indo-Pacífico. A UE é um interveniente importante na governação mundial dos oceanos, com um quadro político abrangente que inclui medidas para proteger a biodiversidade marinha, combater a utilização insustentável dos recursos marinhos e promover a pesca sustentável. A UA, por outro lado, tem uma forte incidência na Economia Azul, que visa promover o crescimento económico sustentável e o desenvolvimento através da utilização responsável dos recursos oceânicos.

Ao trabalharem em conjunto, a UE e a UA podem tirar partido das respetivas forças e competências para promover uma governação sustentável dos oceanos na região do Indo-Pacífico. Tal poderá incluir o apoio a iniciativas regionais como a Associação da Orla do Oceano Índico e o Fórum das Ilhas do Pacífico, bem como a promoção da cooperação em questões como a poluição marinha, a acidificação dos oceanos e o ordenamento do espaço marítimo.

SECÇÃO 3

Áreas de ação

Com base na cimeira de chefes de Estado da União Africana e da União Europeia de fevereiro de 2022, os dirigentes acordaram numa ação conjunta para uma parceria transcontinental revista e reforçada. Na mesma ordem de ideias, é já de esperar que em 2023 e nos anos seguintes, África e a Europa tenham grandes oportunidades de aprofundar a sua parceria no domínio da governação dos oceanos e da economia azul.

Além disso, marcos estratégicos como a Cimeira Africana do Clima, a COP28 no Dubai e a próxima Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que será coorganizada pela França e pela Costa Rica em junho de 2025, o 6.º Congresso Internacional de Áreas Marinhas Protegidas, que será organizado pelo Senegal em 2026 (IMPAC6), a Conferência da Década do Oceano das Nações Unidas em Barcelona em 2024 e a Conferência “O nosso Oceano” na Grécia em 2024 são eventos internacionais importantes que oferecem uma oportunidade para a África e a Europa trabalharem em conjunto, com vista a comuns. Uma melhor coordenação pode também deixar um legado de ação cooperativa no domínio dos oceanos para o futuro da cooperação UA-UE no domínio da governação dos oceanos.

Mas para o conseguir, será importante reconhecer as diferentes prioridades dos dois continentes para garantir que funciona na prática. Como tal, as recomendações para reforçar a cooperação África-Europa no domínio da governação dos oceanos devem basear-se nos seguintes

elementos:

1. Criar um objetivo comum e lidar com abordagens divergentes nos domínios prioritários.
2. Alargar a parceria África-Europa a diversos intervenientes e criar uma rede inclusiva.
3. Incentivar uma nova reflexão política e uma visão estratégica para uma cooperação reforçada que ultrapasse os ciclos a curto e médio prazos.
4. Catalisar práticas inovadoras, investimentos, projetos-piloto e ações de parceria de um vasto leque de partes interessadas.
5. Ligar o trabalho realizado no âmbito da parceria África-Europa às instâncias de governação mundial e criar uma vasta coligação de parceiros internacionais.

Esta parte do relatório está dividida em duas secções, delineando, em primeiro lugar, um conjunto de prioridades para o Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos, que está a ser criado pela Comissão Europeia em parceria com a Comissão da União Africana, e, em segundo lugar, um conjunto de recomendações dirigidas à comunidade dos oceanos em geral, mas com especial incidência na parceria África-Europa.

3.1 Potenciais áreas de ação para orientar o Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos

1. **Desenvolver um plano de ação global:** O mandato estratégico do Grupo de Estratégia consiste em identificar conjuntamente prioridades e objetivos comuns, bem como os principais eixos de trabalho temáticos. Com base na experiência dos seus membros, deve definir um plano de ação para que as prioridades e os objetivos se traduzam em propostas e iniciativas concretas. O plano de ação deve basear-se numa análise exaustiva do estado atual da governação dos oceanos em África e na Europa, da cooperação existente entre os dois continentes em questões relacionadas com os oceanos e dos desafios e oportunidades, tal como se descreve no presente relatório de definição.
2. **Acompanhar o progresso e avaliar a eficácia:** É evidente a necessidade de acompanhar o progresso e avaliar a

eficácia das iniciativas e ações existentes. Isto ajudará a parceria a alcançar os resultados desejados e a garantir que os ajustes necessários são efetuados rapidamente. No futuro, seria útil que o Grupo de Estratégia trabalhasse coletivamente para identificar e avaliar projetos e iniciativas existentes/anteriores sobre a governação dos oceanos e a economia azul que tenham sido transformadores e que possam ser ampliados, reproduzidos e amplificados para benefício de África e da Europa.

3. **Reforçar as capacidades e prestar assistência técnica:** Com base nos conhecimentos especializados da Europa e nos ensinamentos obtidos, a parceria deve oferecer assistência técnica e reforço das capacidades aos países africanos para ajudar a desenvolver quadros de governação dos oceanos adaptados à sua situação. Como tal, recomenda-se que o Grupo de Estratégia avance com um plano de ação orientado para a prestação de formação, a partilha de boas práticas e que facilite o intercâmbio de conhecimentos entre os dois continentes. O Grupo de Estratégia deve identificar e destacar as oportunidades com maior potencial de aprendizagem mútua e de benefícios conjuntos, em que a Europa possa aprender com África e África aprenda com a Europa.
 4. **Apoiar a criação de Centros Regionais de Excelência em África:** O Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos poderia recomendar a criação de centros regionais de excelência no domínio da governação dos oceanos e economia azul, assegurando que os resultados do seu trabalho sejam partilhados com esses centros para um maior impacto das suas funções. Estes centros poderão servir de pontos focais para a investigação, a formação e o reforço das capacidades em matéria de governação sustentável dos oceanos e de práticas da economia azul. Poderão também facilitar a partilha de conhecimentos e a colaboração entre as partes interessadas na região, em África e na Europa, promovendo assim o desenvolvimento de uma mão de obra qualificada e fomentando a inovação na economia azul. Estes centros poderão constituir uma plataforma para o intercâmbio das melhores práticas e dos ensinamentos obtidos, a fim de informar as decisões políticas e melhorar a eficácia das iniciativas de governação dos oceanos.
 5. **Reforçar o papel das mulheres e dos jovens:** O Grupo de Estratégia deve dar prioridade à inclusão e participação das mulheres na governação e gestão dos oceanos. Isto inclui a promoção da igualdade de género e a capacitação das mulheres para participarem nos processos de tomada de decisão relacionados com a governação dos oceanos. O Grupo de Estratégia deve também trabalhar no sentido de envolver e capacitar os jovens para se tornarem participantes ativos na governação e gestão dos oceanos, uma vez que são os futuros administradores dos oceanos.
 6. **Reforçar a colaboração e a coordenação regionais:** O Grupo de Estratégia deve considerar formas de promover a colaboração e a coordenação entre as partes interessadas relevantes, incluindo governos, organizações da sociedade civil, universidades e o setor privado. Isto ajudará a garantir que os seus esforços estão alinhados com as necessidades e prioridades de todas as partes interessadas. A função do Grupo de Estratégia é servir de plataforma de diálogo para debater questões convergentes e divergentes e ter como objetivo reforçar a cooperação e a colaboração regionais entre África e a Europa.
 7. **Contribuir para a educação e a sensibilização:** O Grupo de Estratégia deve dar a devida atenção à educação e sensibilização através da partilha de histórias, artigos de opinião, projetos e iniciativas que possam promover a literacia oceânica e aumentar a compreensão pública da importância da governação e gestão sustentável dos oceanos. Isto inclui a promoção de resultados baseados na ciência e a promoção de uma elaboração de políticas informada por factos.
 8. **Dar prioridade ao desenvolvimento sustentável:** O Grupo de Estratégia deve dar prioridade ao desenvolvimento sustentável em todas as suas recomendações. O Grupo de Estratégia deve também ter em conta que os benefícios dos recursos oceânicos devem ser partilhados equitativamente entre todas as partes interessadas e promover um crescimento económico inclusivo e sustentável.
 9. **Promover a inovação, a tecnologia e o conhecimento local:** O Grupo de Estratégia deve promover a inovação e a tecnologia na governação e gestão dos oceanos, bem como os conhecimentos locais. Isto inclui considerar a utilização de novas tecnologias, ferramentas e práticas tradicionais para melhorar a monitorização dos oceanos, a recolha de dados e a análise. O Grupo de Estratégia, através das suas recomendações, deve também trabalhar para promover a inovação em setores sustentáveis baseados nos oceanos, como a aquacultura, as energias renováveis e a descarbonização do setor dos transportes marítimos.
 10. **Catalisar parcerias e recursos:** Através do seu trabalho, o Grupo de Estratégia deve procurar catalisar a parceria transcontinental, apelar aos decisores para que mobilizem mais recursos técnicos e financeiros para a implementação do ODS 14 a nível mundial e apoiar a implementação de iniciativas e ações específicas em África e na Europa. Isto inclui trabalhar no sentido de desenvolver um maior interesse dos dois continentes pelo oceano.
- O Grupo de Estratégia deve igualmente retirar ensinamentos da Europa e de África no domínio da governação e gestão dos

oceanos. A Europa tem uma longa história de governação dos oceanos e de gestão das pescas e desenvolveu uma série de boas práticas e políticas que podem ser adaptadas e aplicadas em África. Por exemplo, a Europa desenvolveu uma série de quadros regionais, como a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha Europeia, que poderiam servir de modelo para quadros semelhantes em África.

Ao mesmo tempo, África tem desafios e oportunidades únicos no que respeita à governação e gestão dos oceanos, que devem ser tidos em conta pelo Grupo de Estratégia. Por exemplo, muitos países africanos têm grandes populações costeiras que dependem do oceano para a sua subsistência, e

o Grupo de Estratégia deve trabalhar para garantir que as suas necessidades e perspetivas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão. Além disso, África possui uma grande riqueza de biodiversidade e recursos marinhos que podem ser geridos e desenvolvidos de forma sustentável em benefício das comunidades locais e da região em geral.

De um modo geral, o Grupo de Estratégia deve procurar aprender com África e com a Europa e desenvolver uma abordagem global da governação dos oceanos que tenha em conta os desafios e oportunidades únicos dos contextos africano e europeu.

3.2 Potenciais áreas de ação para orientar a Parceria África-Europa no domínio da governação dos oceanos

Estas recomendações estão alinhadas com as questões acima descritas e agrupadas em cinco categorias: (1) regulamentos e políticas públicas, (2) reforço das capacidades e inovação; (3) criação de uma prosperidade partilhada a partir da

economia azul; (4) conscientização do domínio marítimo; e (5) procura de ações baseadas no oceano para fazer face às crises climática e da biodiversidade.

3.2.1 Regulamentos e políticas públicas para uma melhor governação dos oceanos

O mundo está a meio da Agenda 2030 das Nações Unidas e continua longe de cumprir o ODS 14 – que se compromete a conservar e utilizar de forma sustentável os nossos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável – e os outros objetivos da Agenda 2030 relacionados com os oceanos (enumerados na secção 1.9). Até à data, o nível de empenho e investimento nos oceanos não tem correspondido à magnitude global do desafio.

É necessária uma abordagem coordenada para garantir que alcançamos o ODS 14 até 2030 e que ninguém é deixado para trás. São necessárias ações imediatas por parte dos governos, das instituições financeiras e de desenvolvimento

internacionais, do setor privado e das comunidades para acelerar a ação e a cooperação no domínio dos oceanos.

A transição para um modelo sustentável de economia azul em África e na Europa exige novas abordagens em matéria de políticas, regulamentos, financiamento, tecnologia, inovação e competências para atingir estes objetivos. É urgentemente necessário reforçar as capacidades das pessoas e das organizações para enfrentar estes desafios numa vasta gama de domínios da economia azul.

Os regulamentos destacam-se como um campo de conhecimento aplicado – misturando *engenharia, economia*

e *direito* – para orientar os países africanos e europeus na conceção e implementação de estratégias de economia azul e no acordo sobre a governação dos oceanos. O setor da economia azul enfrenta uma rápida inovação e transformação na sua passagem para um futuro mais sustentável, e as inovações nos regulamentos e nas políticas públicas em torno da governação dos oceanos podem facilitar grandemente esta transição.

A Parceria África-Europa para os Oceanos deve dar prioridade à criação de áreas marinhas protegidas, à prevenção de práticas de pesca ilegais, à luta contra a sobre-exploração dos recursos marinhos e ao apoio ao desenvolvimento sustentável da pesca artesanal de pequena escala em África. A parceria poderia também centrar-se em mentorias no sentido inverso, com a África a ensinar à Europa o que é a pesca artesanal de pequena escala, bem como a trabalhar em conjunto e a aprender uns com os outros para reduzir o impacto da pesca industrial e da produção de marisco. Deverá abordar as questões de segurança marítima através de quadros jurídicos e regulamentares normalizados e promover o desenvolvimento de setores sustentáveis da economia azul.

A parceria deve servir de modelo para a cooperação internacional e a governação responsável dos oceanos, promovendo a utilização sustentável e a conservação dos recursos oceânicos partilhados em benefício das gerações atuais e futuras. Trabalhando em conjunto, os países africanos e europeus podem assegurar a proteção da biodiversidade marinha, promover a gestão sustentável das pescas e apoiar o desenvolvimento de uma economia azul sustentável do ponto de vista ambiental e socialmente responsável.

Nos dois continentes, os africanos e os europeus têm de moldar a economia azul, criando e reforçando as instituições necessárias para construir e explorar as infraestruturas necessárias. A compreensão mútua das estratégias, a supervisão, a coordenação, a troca de informações e as parcerias multilaterais reforçarão a cooperação no domínio da governação da economia azul para o reforço das capacidades em questões regionais e debates globais. África e a Europa poderiam convocar uma Conferência Ministerial UA-UE sobre a governação dos oceanos e a economia azul, apoiada pelo trabalho do Grupo de Estratégia África-Europa para a Governação dos Oceanos, para fazer avançar as prioridades continentais, procurar um terreno comum e mobilizar uma abordagem da Equipa Europa em benefício da parceria transcontinental.

No âmbito da parceria, a UE poderia continuar a apoiar a UA na conclusão da sua estratégia de governação dos oceanos e avaliar conjuntamente os interesses comuns e divergentes entre a Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos e a Estratégia para África. Isto é importante porque permite partilhar práticas e lições aprendidas.

A UA e a UE podem promover o diálogo e a cooperação através de reuniões regulares, workshops e conferências. Isto ajudará a criar confiança e compreensão entre os dois continentes e a promover a colaboração. Espera-se que o Grupo de Estratégia África-Europa sobre a Governação dos Oceanos desempenhe o seu papel na criação de uma plataforma de diálogo sobre esta questão específica.

O mesmo poderia ser feito ao nível das estratégias da Economia Azul. No âmbito do diálogo África-UE sobre a Global Gateway, a UE poderá também querer explorar a possibilidade de África querer cooperar mais em assuntos relacionados com os oceanos, de modo a que a economia azul se torne uma agenda de cooperação no âmbito da parceria África-Europa. Além disso, a concretização da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), através do investimento em infraestruturas da economia azul, poderá desbloquear o potencial da ZCLCA para o comércio intra-africano e impulsionar a conectividade intercontinental, à medida que a procura global de recursos africanos continua.

No contexto da política da UE para as regiões ultraperiféricas da Europa, que deu ênfase ao desenvolvimento da Economia Azul, a Comissão Europeia desenvolveu orientações metodológicas passo a passo para implementar e avaliar as estratégias de Economia Azul. Esse guia poderá servir de ferramenta para apoiar o desenvolvimento de estratégias de economia azul no continente africano e para garantir a coerência à medida que os dois continentes trabalham no sentido de uma maior governação dos oceanos.

Uma parceria entre a África e a Europa no domínio dos oceanos tem potencial para se enquadrar na política mais ampla das negociações sobre o clima e a biodiversidade, em que a Europa está empenhada em mobilizar outros países, incluindo as nações africanas, para exigir uma maior ambição das grandes economias emergentes. Numa perspetiva mais ampla, um apelo europeu para apoiar a adesão da União Africana ao G20, para além da África do Sul, e o apoio a mais resoluções africanas na Assembleia Geral das Nações Unidas demonstrariam que a retórica da parceria não é meramente superficial.

Além disso, a parceria poderá fazer com que os oceanos sejam incluídos na agenda internacional interligada em matéria de clima e segurança. A coordenação entre a presidência da UA pelas Comores e a atual participação de Malta no Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui uma oportunidade crucial. De facto, a defesa de Malta no sentido de incluir a questão associada à subida do nível do mar na agenda global teria um eco crítico nas Comores e em muitos Estados africanos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Tal pode assumir a forma de uma coordenação da agenda na ONU, dirigida pelas representações da UA e da UE em Nova Iorque.

As ambições da UE de se tornar um líder regional na governação internacional dos oceanos e, especificamente, a sua parceria para a governação dos oceanos com África devem incluir relações estratégicas mais estreitas com os pequenos estados insulares em desenvolvimento (PEID). A existência das regiões ultraperiféricas e dos territórios ultramarinos da UE implica, para além da história e da cultura, uma proximidade geográfica entre a UE e a maioria dos PEID africanos. Esta relação deve ser reforçada em documentos como a estratégia da UE para o Indo-Pacífico, bem como nas dimensões geopolítica, comercial e de cooperação. A principal questão para orientar o compromisso da UE com os PEID deve centrar-se na importância dos PEID para a UE e no que a UE pode oferecer para ajudar os PEID a desenvolver as suas capacidades para promover economias azuis sustentáveis, atenuar e adaptar-se aos desafios das alterações climáticas e promover a cooperação internacional, tendo em conta o difícil contexto atual.

Além disso, para melhorar o clima de investimento entre África e a Europa e, assim, reforçar o crescimento azul e

estruturar um sistema global de governação dos oceanos, é extremamente necessário um quadro regulamentar credível, que dê confiança aos investidores (nacionais e estrangeiros) para investirem em África. Os governos africanos têm um papel muito importante a desempenhar, assegurando a coerência e a continuidade das políticas e a aplicação dos regulamentos e das políticas públicas.

O desalinhamento das práticas de política pública entre África e a Europa pode dificultar a cooperação a vários níveis de governação. Esta situação pode ser atenuada através do diálogo UA-UE, que identifica os ensinamentos retirados de experiências e ações passadas, reflete sobre os desafios existentes e desenvolve potenciais ações partilhadas para o desenvolvimento sustentável. Ao levar por diante estas ações, é fundamental que a agenda África-Europa reflita melhor as preocupações das comunidades locais ativas na economia azul e mais afetadas pela atual e futura governação dos oceanos.

3.2.2 Reforço das capacidades e inovação

A cooperação entre África e a UE nos domínios da investigação e da formação decorre da Convenção de Lomé de 1975. Esta parceria entre os dois continentes reforçou a ciência, a tecnologia e a inovação numa série de domínios. Melhorar a investigação e o acesso aos dados é essencial para monitorizar e apoiar a governação dos oceanos com base na ciência e na informação. Além disso, a co-inovação, o intercâmbio, a formação profissional e o desenvolvimento profissional oferecem múltiplas vantagens para revitalizar a parceria oceânica entre África e a Europa.

É necessário aplicar os conhecimentos e a experiência aos desafios da parceria África-Europa, incluindo o imperativo de alcançar o ODS 14. A criação de novas capacidades em África e na Europa exige que as instituições locais desenvolvam os conhecimentos especializados e as competências necessárias, com o apoio de parceiros que estejam na vanguarda da experiência internacional. Os peritos africanos e europeus terão também a oportunidade de inovar as soluções regulamentares que se adaptam às necessidades da indústria local, com base nos interesses de todas as partes interessadas. A governação dos oceanos deve envolver verdadeiramente todas as pessoas – independentemente do género, da geografia e do rendimento – para desenvolver soluções equitativas. Os governos nacionais devem ser

capacitados e apoiados para determinar a via de transição que melhor se adapta ao seu contexto local.

É necessário ultrapassar os desafios da assimetria institucional entre a Europa e África, integrando o trabalho conjunto sobre a governação dos oceanos e a economia azul em várias instituições, níveis de governação e regiões geográficas. Tanto África como a Europa podem aprender com as tentativas que fizeram no passado de trabalhar em parceria – e certificar-se de que qualquer cooperação África-Europa no domínio do oceano é sustentada por múltiplos pontos de contacto, para evitar que fique ignorada na prateleira sob a forma de um comunicado de cimeira. Isto pode incluir diplomacia regional, cooperação bilateral entre países europeus e africanos, colaboração académica, parcerias de partilha de dados e parcerias ao nível das cidades costeiras.

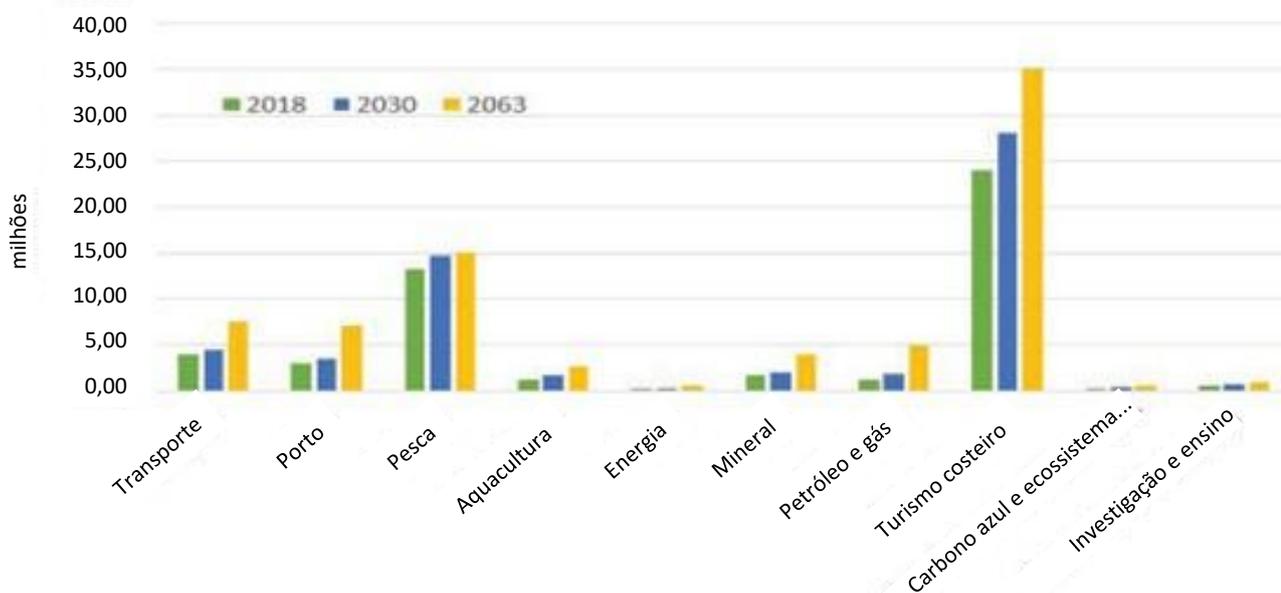
A via a seguir consiste em criar Centros de Excelência (CE) governamentais e regionais no domínio das pescas e da aquacultura em África, nas cinco subregiões do continente, em benefício do oceano e da economia azul. Estes CE poderão ter o poder de liderar e coordenar os esforços de governação dos oceanos entre agências e departamentos e ajudar a promover quadros políticos eficazes e sólidos, bem como a

definir o financiamento e as ações. A comunidade internacional, incluindo a Europa, poderia afetar os recursos, tanto técnicos como financeiros, para ajudar a UA, os governos nacionais e as Comunidades Económicas Regionais (CER) a criar e a capacitar estes Centros de Excelência. Trabalhar nesse sentido pode resultar na aplicação bem sucedida de políticas, programas e operações ambiciosos para cumprir os compromissos assumidos pelos governos nacionais em matéria de economia azul.

No futuro, ambos os continentes devem trabalhar em conjunto para aumentar a participação das mulheres e integrar as questões de género, não só para melhorar os impactos para as mulheres e raparigas, mas também para que as soluções sejam mais eficazes. As mulheres são uma parte fundamental da cadeia de valor dos oceanos, desde a pesca e a transformação até à venda, ao empreendedorismo e à liderança executiva. O setor privado deve alargar rapidamente as oportunidades de participação formal das mulheres no setor, enquanto fornecedoras e decisoras e não apenas como utilizadoras, com o objetivo de aumentar a percentagem de mulheres empresárias e empregadas no

setor dos oceanos para, pelo menos, 50% até 2030. Além disso, é necessário implementar a tutoria para a inclusão dos jovens nas atividades da economia azul, incluindo o empreendedorismo e a tomada de decisões em toda a África, a fim de tirar partido do dividendo demográfico do continente. Tal contribuiria para garantir que a transição para a economia azul não deixa ninguém para trás.

A Parceria África-Europa deve coconceber estratégias de emprego para os jovens e as mulheres que abordem a expansão do setor da economia azul. Com a revisão da Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 até 2023, África e a Europa podem identificar conjuntamente setores de emprego prioritários na economia azul e refletir a sua dimensão esperada nas respetivas estratégias de emprego dos jovens (com a Estratégia Continental da UA para o Ensino e Formação Técnico-Profissional para Promover a Estratégia de Emprego dos Jovens). Este alinhamento de políticas deve servir para identificar conjuntamente os paralelos nas necessidades de infraestruturas da economia azul e de serviços digitais em ambos os continentes.



Emprego gerado pelos setores e componentes da Economia Azul (ABES, 2020)

A investigação tem também um papel importante a desempenhar na garantia de uma via sustentável para as gerações futuras. Embora exista uma margem de manobra contínua para a formação técnica e fundamental no domínio dos oceanos, os maiores progressos devem ser feitos no sentido de encontrar formas de fomentar as iniciativas locais e territoriais através de conhecimentos indígenas, da co-inovação, da experimentação de ações locais e da sua expansão. Entre a série de projetos relacionados com os

oceanos destinados a melhorar a investigação e a inovação, a parceria África-Europa deverá melhorar a literacia oceânica, aproveitando e alinhando o trabalho do UA-IIRA e do futuro programa de trabalho do Horizonte Europa.

O programa Horizonte 2020 da UE é o programa emblemático de investigação e inovação da UE para a investigação e inovação relacionadas com os oceanos. Este centro pode ser reproduzido no continente africano e incluir um intercâmbio

de competências e conhecimentos com base numa abordagem interdisciplinar e na colaboração internacional.

Outra dimensão de possível colaboração é a da tecnologia e do domínio cibernético no contexto das transições marítimas com baixas emissões de carbono e das preocupações de segurança. Ao contrário dos seus homólogos europeus, os Estados africanos estão longe de desenvolver a tecnologia necessária para explorar plenamente os seus recursos marítimos, passar para um transporte marítimo ecológico ou mesmo para uma gestão e segurança portuárias mais eficientes. Por conseguinte, um quadro para a partilha de tecnologias e o reforço da cooperação nos domínios da cibersegurança e das tecnologias com baixas emissões de carbono constituiria um elemento digno de nota no âmbito da cooperação Europa-África.

A título de exemplo, o Maritime Technology Cooperation Centre (MTCC), i.e. o centro de cooperação em tecnologias marítimas de África, faz parte da rede mundial de MTCC financiados pela UE. O ramo africano da rede de MTCC (GMN) visa promover tecnologias e operações de ponta com baixas emissões de carbono no transporte marítimo e ajudar os países participantes a desenvolver políticas e medidas nacionais de eficiência energética para os seus setores marítimos. O impacto do MTCC África é importante para a redução das emissões nocivas das embarcações e para a navegação rumo a um futuro com baixas emissões de carbono.

Além disso, a parceria África-Europa deve integrar a contribuição do programa de Monitorização Global do Ambiente e da Segurança (GMES) e o geoportal, os dados espaciais e as estações ambientais de África para a elaboração de políticas públicas no domínio dos oceanos. A integração de

instrumentos de monitorização espacial transcontinentais poderá permitir a troca de informações, a aprendizagem mútua e a co-inovação, reforçando simultaneamente as capacidades dos decisores políticos, dos peritos e das comunidades locais dos dois continentes para melhor gerirem os oceanos. Deverá ser disponibilizado mais apoio ao programa para alargar o policiamento das zonas de pesca, tanto dentro como fora das jurisdições dos países, a proteção das AMP, incluindo as novas áreas marinhas selvagens do alto mar, e para melhorar a segurança do comércio e do turismo.

Mais difícil será a partilha de recursos e capacidades (uma vez que a criação de capacidades é unidirecional, quando, na realidade, deveria ser um processo bidirecional) relacionada com a investigação científica e a transferência de tecnologias no oceano profundo e no oceano aberto. O oceano profundo é criticamente subexplorado a nível mundial, mas especialmente em África, onde a exploração está frequentemente associada à exploração. Quarenta e um países em África têm oceano profundo na sua ZEE, o que representa 11% do mar profundo sob jurisdição nacional a nível mundial. No caso da Europa, trata-se de 25 países, que representam 14% do mar profundo sob jurisdição nacional a nível mundial. Estes números não são irrelevantes e representam enormes oportunidades para ambos os continentes. No entanto, há uma necessidade crítica de mais ciência do mar profundo, para que esta possa informar a gestão holística da economia azul. Dada a importância e a fragilidade do oceano profundo, é também fundamental garantir que a economia azul seja sustentável e equitativa. A partilha de capacidades e a transferência de tecnologias permitirão que os países de ambas as regiões beneficiem mais plenamente do alto mar.

3.2.3 Economia azul para uma prosperidade partilhada

A comunidade oceânica deve abordar as tensões e os compromissos inerentes à realização do ODS 14, assegurando simultaneamente vias para uma transição justa e inclusiva da economia azul. Em primeiro lugar, a UA e a UE devem estabelecer um entendimento comum da economia azul: os dois blocos podem trabalhar em conjunto para estabelecer uma definição e um entendimento comuns da economia azul. Isto ajudará a alinhar as suas abordagens e facilitará a colaboração.

A Europa e a África devem aumentar o financiamento para corresponder à magnitude do desafio dos oceanos e aos seus potenciais benefícios. A governação dos oceanos e a economia azul devem subir na agenda do financiamento, como uma prioridade dos orçamentos nacionais, com os financiadores a oferecerem soluções de financiamento concessionais e mistas para o investimento nos oceanos e na economia azul. Dar prioridade a mais recursos para o oceano pode ajudar a mobilizar a atenção necessária para influenciar a vontade política e o estabelecimento de compromissos nos

governos nacionais.

Ambos os continentes têm de trabalhar em conjunto para aumentar o investimento na governação dos oceanos e expandir as oportunidades partilhadas da economia azul, compreendendo simultaneamente a necessidade de África apoiar uma população em rápido crescimento, o crescimento económico e outros objetivos de desenvolvimento atuais e a curto prazo. Tendo em conta o contexto político que se seguiu à 6.ª Cimeira UA-UE e o apelo ao reforço da parceria económica, este é um momento único para aprofundar a parceria oceânica existente e promover a criação de parcerias e investimentos G2G, G2B e B2B.

Para que a parceria África-UE atinja o nível seguinte, é igualmente necessário repensar estrategicamente qual a melhor forma de fazer negócios em conjunto. Para tal, é necessário libertar os fundos de investimento da UE para fins produtivos, juntamente com financiamentos adicionais dos bancos multilaterais de desenvolvimento e dos fundos para o clima, menos limitados pelos encargos administrativos e pelas condicionalidades que frustram as necessidades urgentes de desenvolvimento económico de África. Para a UE, significa também pensar no investimento num calendário faseado, começando com o que é necessário para alcançar o ODS 14 e depois tendo em conta as aspirações de longo prazo de África até 2063.

Os dois continentes, ao trabalharem em conjunto, têm de se certificar de que tanto o setor público como o privado desempenham o seu papel na definição de um ambiente político positivo, na criação de emprego, no trabalho em parceria e na colaboração para colocar as economias mais pobres numa trajetória mais favorável ao crescimento sustentável. A demonstração de êxitos tangíveis nas transações e nos investimentos diminuirá substancialmente a perceção de risco por parte dos investidores, ao mesmo tempo que fomentará o ritmo certo para as parcerias público-privadas UE-África em domínios críticos, ajudando assim a construir pontes entre os dois continentes e a prosperidade económica partilhada a longo prazo.

Em ambos os continentes, o setor da economia azul é um setor em que os empresários e as PME têm potencial para prosperar se forem implementadas as políticas, o clima de investimento, o ambiente propício e o sistema de governação adequados, criando assim empregos qualificados e valor acrescentado local. Mas, como já foi referido, existem grandes assimetrias no capital financeiro e político devido pelos interesses comerciais e pelas comunidades locais.

As PME de aquacultura e pesca são a espinha dorsal dos sistemas alimentares africanos e europeus relacionados com os oceanos, com a maioria dos alimentos produzidos e consumidos nos dois continentes a passar pelas PME. As PME

de aquacultura e pesca são importantes e, em muitos casos, a parte mais dinâmica dos sistemas alimentares costeiros africanos e europeus e da estrutura associada. Os governos, os prestadores de serviços financeiros, as instituições de financiamento de desenvolvimento e outros intervenientes devem prestar uma atenção especial às necessidades de investimento deste setor. É uma questão de segurança alimentar e de crescimento azul que apoia o emprego local.

Embora se reconheça a centralidade da aquacultura e das PME do setor da pesca para a segurança alimentar e o crescimento inclusivo de África, os progressos no sentido de melhorar o ambiente de investimento mais vasto em torno das PME continuam a ser lentos e desiguais. Neste contexto, o acesso ao financiamento – capital próprio, dívida, outras formas de capital e serviços, incluindo seguros – é frequentemente mencionado como o principal desafio que impede o crescimento e compromete a resiliência destas empresas. É o caso, em particular, das empresas que operam em mercados menos dinâmicos ou em cadeias de valor pouco estruturadas, das mulheres e dos jovens empresários, bem como das empresas em fase de arranque e das empresas com modelos de negócio disruptivos. Para desbloquear o potencial das PME africanas do setor da aquacultura e da pesca, é necessário reorientar o ecossistema financeiro, de modo a adequar o volume e os tipos de financiamento disponíveis às necessidades das PME.

Para reforçar a parceria África-Europa no domínio dos oceanos e contribuir para o crescimento das PME africanas, é necessário apelar às Comissões da União Europeia e da União Africana, aos bancos de desenvolvimento conexos (BEI, BERD e BAD) e às instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) europeias para que tornem os instrumentos de partilha de riscos (nomeadamente as garantias e o capital de primeira perda) e os incentivos financeiros (por exemplo, subvenções equivalentes, mecanismos de pagamento por êxito, financiamento para acompanhamento do impacto) mais acessíveis aos veículos de investimento que trabalham diretamente com PME relacionadas com os oceanos. Ao fazer corresponder os recursos financeiros ao número crescente de veículos de investimento que operam no setor africano dos oceanos, podem ser feitos progressos significativos a curto prazo para desbloquear o potencial e contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Uma grande oportunidade para a parceria África-Europa no domínio dos oceanos reside também nas energias renováveis offshore. Muitos países africanos necessitam de um melhor acesso às energias renováveis como alternativa à extração de combustíveis fósseis, enquanto a UE também procura um maior abastecimento de hidrogénio verde a nível mundial, a fim de descarbonizar a sua economia. A parceria deve apoiar as indústrias africanas de energias renováveis baseadas nos oceanos que sejam justas e sustentáveis, através de

transferências tecnológicas e de uma agenda de desenvolvimento sustentável. A cooperação seria reforçada através do alinhamento das políticas em matéria de normas técnicas, interoperabilidade e garantias para os investimentos, como a Garantia Europeia para as Energias Renováveis no âmbito do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS+).

A Europa e África podem colaborar para promover um desenvolvimento económico baseado nos oceanos que seja sustentável e inclusivo, criando oportunidades de emprego e fomentando o desenvolvimento económico nas comunidades costeiras. Este objetivo pode ser alcançado através de investimentos conjuntos na pesca sustentável, na aquacultura, nas energias renováveis e no turismo.

3.2.4 Conscientização do domínio marítimo

Gestão colaborativa das pescas: As pescas em África e na Europa enfrentam desafios semelhantes, incluindo a deterioração do ambiente marinho, a sobrepesca e a pesca ilegal. Por conseguinte, é fundamental reforçar a cooperação em matéria de práticas de gestão das pescas, como a monitorização, o controlo e a vigilância, bem como a partilha de dados e de boas práticas para promover a gestão sustentável através da criação de centros regionais de partilha de dados de fusão e do ordenamento do espaço marítimo.

A Diretiva da UE relativa ao Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM), que exige que os Estados-Membros da UE desenvolvam e implementem quadros de OEM para garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos, é um quadro importante que África pode reproduzir no seu próprio contexto através do envolvimento das partes interessadas, da partilha de dados e da gestão adaptativa.

Para governar eficazmente um espaço, é necessário ter conhecimento e acesso a esse espaço. Este é um fator importante a considerar, dado que grande parte do oceano permanece inexplorado.

A conscientização do domínio marítimo (MDA) é a capacidade de compreender e acompanhar as atividades no domínio marítimo. A colaboração entre África e a Europa em matéria de MDA pode contribuir para melhorar a segurança marítima, prevenir atividades ilegais e promover a utilização sustentável dos recursos marinhos. Para o efeito, África e a Europa podem

partilhar informações, desenvolver iniciativas conjuntas de MDA, reforçar capacidades, promover parcerias e apoiar organizações regionais.

A partilha de informação sobre as atividades marítimas, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas de MDA e o reforço das capacidades de MDA através de programas de formação e transferência de tecnologia podem ajudar a melhorar a capacidade dos países africanos para monitorizar e gerir os seus recursos marítimos. O fomento de parcerias entre governos, indústria e sociedade civil e o apoio a organizações regionais podem promover a colaboração em iniciativas de MDA e alinhar as iniciativas de MDA para promover o desenvolvimento sustentável.

Este objetivo pode ser alcançado através da monitorização e da partilha de informações: O reforço da governação dos oceanos exige informações fiáveis e atualizadas sobre as condições dos oceanos, incluindo a temperatura, as correntes e a biodiversidade marinha. Os países europeus e africanos podem colaborar para desenvolver sistemas melhorados de recolha e partilha de dados. Isto inclui a partilha de dados de satélite e investigação oceanográfica, que podem ajudar a informar políticas e decisões.

A Europa e África podem trabalhar em conjunto para reforçar os esforços de conservação marinha. Este objetivo pode ser alcançado através da partilha de conhecimentos especializados, da assistência técnica e do investimento em infraestruturas e no reforço das capacidades.

3.2.5 Clima e biodiversidade: permitir soluções positivas para a natureza

A atenção dada aos oceanos não deve ser feita à custa do apoio à adaptação às alterações climáticas e à proteção do ambiente. Os países africanos estão entre os mais vulneráveis do mundo aos choques climáticos e já sofrem anualmente perdas de milhares de milhões de dólares devido a fenómenos meteorológicos extremos. Será importante que a UE não só ouça, mas que também mostre que está efetivamente a ouvir o apelo de África no sentido de acelerar o apoio para fazer face a estes impactos. Eis o que poderá envolver:

- Colaboração no desenvolvimento, aplicação e revisão das estratégias de adaptação e mitigação das alterações climáticas no contexto do Global Stocktake (balanço global) da COP28, como a partilha das melhores práticas relacionadas com a adaptação, a promoção das energias renováveis e o investimento na investigação e desenvolvimento de novas tecnologias.
- Apoio aos países na elaboração de quadros políticos adequados para desenvolver estratégias de economia azul no contexto dos Contributos Determinados a Nível Nacional (CDN), dos Planos Nacionais de Adaptação (PNA) e dos Planos de Ação Estratégicos Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP). A situação atual dos oceanos e dos recursos marinhos deve enquadrar-se nas estratégias relacionadas com o clima e a biodiversidade, a fim de obter uma maior ajuda da comunidade internacional através do financiamento do clima para a proteção dos oceanos. A criação de centros de recursos regionais, tal como referido anteriormente, ajudaria a construir uma base de dados que se traduziria em escolhas informadas e apoiaria planos nacionais equitativos, baseados num ambiente regulamentar eficaz.
- Apoio às economias africanas para integrar o oceano nos CDN e no ordenamento do espaço marítimo nacional. Os CDN podem criar uma mudança transformadora nos planos climáticos e energéticos de um país e devem incluir objetivos ambiciosos para o oceano. Os governos que apresentem os seus CDN revistos devem assegurar que o oceano é plenamente integrado, com objetivos sólidos para cumprir os objetivos climáticos e de desenvolvimento. Do mesmo modo, os governos devem empenhar-se num ordenamento do espaço marítimo integrado que aborde o conjunto completo das

necessidades da comunidade para maximizar os benefícios económicos, climáticos e de subsistência do acesso ao oceano.

Os habitats costeiros estão a ganhar atenção pela sua capacidade significativa de armazenar carbono, nomeadamente os mangais, os sapais e as ervas marinhas. Desempenham também funções ecológicas vitais, como servir de viveiro primário para numerosas espécies de peixes, crustáceos, aves e mamíferos marinhos. Além disso, os ecossistemas costeiros funcionam como barreiras naturais protetoras contra os danos causados pelas tempestades, outros riscos ambientais e a erosão costeira. À medida que África e a Europa trabalham em conjunto na luta contra as alterações climáticas, há espaço para uma maior colaboração, uma vez que África está bem dotada de ecossistemas de recursos naturais que são fundamentais para a absorção e o sequestro de carbono.

Ao tirar partido da liderança dos PEID nas ações relativas ao clima e à biodiversidade, o resto do mundo tem a oportunidade de abordar uma série de crises interligadas. Neste contexto, a COP15 assistiu à criação da SIDS Coalition for Nature, coliderada por Cabo Verde, Seychelles e Samoa, destinada a fornecer aos PEID o apoio financeiro e técnico necessário. Os PEID demonstram uma liderança exemplar relativamente ao clima e biodiversidade e procuram soluções climáticas inovadoras para as múltiplas crises que têm vindo a atravessar, mas a cooperação internacional, incluindo da Europa, será um fator importante para a prosperidade económica e humana sustentável. Instrumentos financeiros inovadores, como as obrigações azuis e os swaps de conversão de dívida em natureza/clima, podem contribuir para o desenvolvimento de economias azuis regenerativas e para a adaptação às alterações climáticas.

Os efeitos das alterações climáticas, da dinâmica ecológica e das transformações ambientais vão para além dos problemas tradicionais de segurança que causam conflitos violentos dentro dos Estados e entre eles. Também se estendem a riscos mais vastos que põem em perigo os indivíduos e a sociedade, como demonstram as pressões crescentes da poluição generalizada por plásticos, produtos químicos persistentes e derrames de petróleo prejudiciais.

Por exemplo, apesar de décadas de trabalho político, os países signatários da Convenção de Nairobi, um tratado

regional que visa proteger, gerir e desenvolver o Oceano Índico Ocidental, continuam a não ter capacidade para responder à poluição marinha, devido à escassez de pessoal e à inadequação da formação e do equipamento disponível. A cooperação internacional para prevenir a poluição marinha deve constituir a base para a cooperação entre África e a Europa, com vista à elaboração de planos de emergência para a preparação e a resposta a incidentes de poluição marinha. Há vários anos que está a ser elaborado uma proposta deste tipo no âmbito da Convenção de Nairobi para a região do Oceano Índico Ocidental. Poderá também servir de base para o reforço da cooperação África-Europa em zonas oceânicas regionais mais vastas.

Entre as múltiplas iniciativas pan-africanas que reúnem as instituições regionais africanas, os organismos de financiamento ao desenvolvimento, os Estados-Membros e os doadores que procuram soluções eficazes e positivas para a natureza, a iniciativa Great Blue Wall, que nasceu na região do Oceano Índico Ocidental e que visa apoiar a criação de uma rede interligada de paisagens marinhas regenerativas em África, poderia ser ampliada e acelerada. A adesão política e os compromissos ambiciosos dos Estados-Membros da UE poderiam desbloquear enormes economias azuis regenerativas, assegurando simultaneamente a ação climática e a proteção da biodiversidade.

Conclusão

Existe um enorme potencial para uma cooperação reforçada entre África e a Europa no que respeita à governação dos oceanos e às aspirações da economia azul. No entanto, há também desafios a ultrapassar. Em primeiro lugar, para que uma parceria África-Europa no domínio da governação dos oceanos e economia azul prospere, deve demonstrar benefícios mútuos e equitativos. As partes interessadas africanas e europeias devem desempenhar papéis iguais e partilhar os encargos e os benefícios de todas as iniciativas.

É necessário tomar medidas corajosas para garantir que os milhares de milhões de pessoas que dependem do oceano têm os meios para beneficiar dele de uma forma segura, limpa e sustentável. África e a Europa serão bem sucedidas se trabalharem em conjunto através de esforços sustentados e bem coordenados que aproveitem os pontos fortes e os recursos de um vasto leque de intervenientes públicos e privados e canalizem para o setor um aumento significativo do *know-how* e do financiamento.

O último relatório de síntese do PIAC é muito preocupante,

com provas que revelam impactos climáticos globais significativamente maiores do que o previsto, especialmente em África. A escala dos danos causados aos ecossistemas, às infraestruturas, aos meios de subsistência e à saúde está a aumentar ainda mais rapidamente, uma vez que o planeta corre o risco de ultrapassar 1,5 °C de aquecimento global nos próximos anos.

Para se avançar para uma parceria África-Europa a longo prazo no domínio dos oceanos, é necessário que haja aquilo que o antigo Secretário Executivo da UNECA descreveu como uma mudança de “como a Europa pode ajudar África” para “como podemos ajudar o planeta em conjunto”. Isto implica a criação de uma verdadeira parceria entre a Europa e África no domínio dos oceanos, reconhecendo as prioridades de cada uma. Neste contexto, o reconhecimento das assimetrias entre os continentes e uma maior capacidade de ouvir e trabalhar em conjunto poderiam permitir uma melhor relação.

FONTES

Governança dos oceanos e economia azul: uma agenda emergente para a parceria África-Europa

Evento de alto nível no Ibrahim Governance Weekend (fim-de-semana sobre governação da Mo Ibrahim Foundation) em 28.04.2023

Nota de síntese

Em 28 de abril de 2023, a Fundação África-Europa (AEF) organizou um diálogo de alto nível para dar início aos trabalhos do Grupo de Estratégia África-Europa sobre a Governação dos Oceanos, que é apoiado pela Comissão Europeia, em parceria com a Comissão da União Africana. O evento reuniu cerca de 130 participantes, tanto em pessoa como online.

Este debate multilateral, que reuniu as duas instituições continentais (Comissão Europeia e Comissão da União Africana) e os copresidentes (Pascal Lamy e Nancy Karigithu), contribuiu para definir o possível âmbito de incidência desta nova Parceria África-Europa sobre a Governação dos Oceanos e a Economia Azul.

As duas instituições descreveram em pormenor as suas expectativas em relação a esta parceria, enquanto os copresidentes do grupo estratégico apresentaram uma panorâmica da prioridade esperada, tendo em conta a situação transcontinental e os desafios atuais. Um vasto leque de peritos fundamentou o quadro da cooperação África-Europa sobre a governação dos oceanos e a economia azul do ponto de vista da definição de políticas internacionais, da investigação científica, do clima e da sustentabilidade, da cooperação para o desenvolvimento, das comunidades locais e da pesca artesanal de pequena escala.

Com a crescente atenção dada aos oceanos e à economia azul, África e a Europa procuram aumentar as suas capacidades neste setor e acreditam que a cooperação transcontinental o permitiria.

A UA e a UE sublinharam as mesmas três grandes expectativas da parceria: (1) criar pontos comuns e ultrapassar divergências para que a cooperação no domínio da governação dos oceanos e economia azul sustentável ocupe um lugar de destaque na parceria UA-UE, (2) **acelerar a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com os oceanos, nomeadamente o ODS 14, e (3) promover oportunidades económicas sustentáveis conjuntas e o desenvolvimento humano a nível transcontinental.**

Os copresidentes do Grupo de Estratégia identificaram a complementaridade entre a intenção de África de tirar mais partido de uma gestão inclusiva e sustentável dos oceanos e a intenção da Europa de ser mais respeitadora do ambiente.

A cooperação África-Europa pode colocar a economia azul

numa via de crescimento virtuoso.

As outras partes interessadas do setor esperam que a parceria resolva os obstáculos conjeturais à sustentabilidade dos oceanos. Esperam que a iniciativa combata os fatores de declínio do estado dos oceanos que impedem a expansão sustentável da economia azul. Na sua opinião, a parceria deverá, de facto, **melhorar a gestão dos recursos oceânicos (1), voltar a dar poder aos intervenientes locais (2) e criar um crescimento sustentável e justo (3).**

Em suma, o âmbito de atividade da Parceria África-Europa no domínio da Governação dos Oceanos e Economia Azul poderia centrar-se na gestão dos recursos, na política social e no crescimento económico sustentável.

Em primeiro lugar, a parceria poderia ter por objetivo **inverter a degradação dos recursos oceânicos e dos meios de subsistência das comunidades locais, incluindo os pescadores de pequena escala.** Tal poderá implicar: (1) a adaptação do consumo a uma exploração sustentável e equitativa dos recursos nas águas africanas e europeias, (2) o reforço do ordenamento do espaço marítimo, da segurança marítima e da recuperação e conservação da biodiversidade – como no caso da [Iniciativa de governação dos oceanos Índico Ocidental](#) (3) proporcionar aos pescadores artesanais uma maior representatividade na negociação e gestão de APPS, na definição de rótulos para os produtos do mar e nas cadeias de valor suscetíveis de serem investidas, (4) acesso ao financiamento do clima e do desenvolvimento e (5) programas de bolsas de estudo/formação para jovens e mulheres sobre questões relacionadas com os oceanos, incluindo o empreendedorismo e a conservação.

Em segundo lugar, a parceria poderá **criar as condições para um desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável dos setores da economia azul.** A este respeito, a parceria poderia dar prioridade a: (1) energias renováveis baseadas nos oceanos e infraestruturas de crescimento verde (incluindo portos, linhas de navegação e segurança) para a industrialização descarbonizada e a conectividade africana – em conformidade com a ZCLCA, (2) soluções baseadas na natureza, cadeias de valor sustentáveis, ecoturismo e obrigações azuis – nomeadamente através do investimento em iniciativas existentes em grande escala, e (3) regulamentação das atividades do setor privado, sensibilização e criação de financiamento público-privado e orientado para a procura, para capacitar as comunidades costeiras, as mulheres e os jovens em particular.

Em terceiro lugar, a parceria poderá **reforçar as capacidades através da ciência, dos dados, da tecnologia e da inovação, em conformidade com a Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável**. A ciência deve estar na base da parceria. A parceria poderá trazer benefícios socioeconómicos e ambientais para as comunidades em geral. Os dados são necessários sobretudo no que diz respeito à biodiversidade dos oceanos e às unidades populacionais de peixes, especialmente no interesse das comunidades costeiras. O papel dos organismos científicos, como os “Centros de Excelência nas Pescas e na Aquacultura em África”, criados pela CUA, poderia ser mais considerado.

Em quarto lugar, através da parceria, África e a Europa

poderão **unir esforços a nível multilateral para assumir a responsabilidade coletiva pelo estado dos oceanos e reforçar a governação internacional dos oceanos**. Assim, as oportunidades para os dois continentes residem no trabalho conjunto com vista à ratificação e aplicação do “Tratado do Alto Mar”, do Tratado de Plásticos que está a ser negociado, do Diálogo do Oceano e Clima nas COP da CQNUAC e na garantia da plena aplicação dos mais recentes desenvolvimentos políticos, incluindo o Acordo sobre Subsídios à Pesca da OMC. Uma economia azul sustentável pode concretizar uma visão equitativa da parceria. Mas deve ser prosseguido com uma intenção honesta, com todos os recursos e com uma aplicação justa entre os países e dentro dos mesmos.

² Instrumento internacional juridicamente vinculativo no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) relativo à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade marinha das zonas não sujeitas à jurisdição nacional (BBNJ)

Fontes

- ABALOBI. (2023). Elevating Small-Scale Fisheries Through Data and Technology (Melhorar a pesca artesanal através de dados e tecnologia). Obtido em 16/02/2023 em <https://abalobi.org/>.
- União Africana - Instituto Interafricano de Recursos Animais. (2019). Africa Blue Economy Strategy (Estratégia de economia azul em África). Nairobi, Quênia.
- Outubro de 2019. https://www.au-ibar.org/sites/default/files/2020-10/sd_20200313_africa_blue_economy_strategy_en.pdf.
- Acedido: 13/02/2023
- Comissão da União Africana. (2012). 2050 Africa's integrated maritime strategy (Estratégia marítima integrada de África para 2050). *Adis Abeba, Etiópia*.
- Comissão da União Africana. (2015). Agenda 2063: A África Que Queremos (Versão popular). *Adis Abeba, Etiópia*.
- Comissão da União Africana. (2019). Africa Blue Economy Strategy (Estratégia de economia azul em África). *Adis Abeba, Etiópia*.
- Comissão da União Africana. (2020). Africa Blue Economy Strategy Implementation Plan 2021-2025 (Plano de implementação da Estratégia de economia azul em África 2021-2025). *Adis Abeba, Etiópia*.
- Comissão da União Africana. (2021). African Union Green Recovery Action Plan 2021-2027 (Plano de ação para a recuperação verde da União Africana 2021-2027). Obtido em <https://au.int/en/documents/20210715/african-union-green-recovery-action-plan-2021-2027>
- União Africana - Instituto Interafricano de Recursos Animais (UA-IIRA). (2015). Fisheries policy framework and reform strategy (Quadro da política das pescas e estratégia de reforma). Obtido em https://au.int/web/sites/default/files/documents/30266-doc-au-ibar_-_fisheries_policy_framework_and_reform_strategy.pdf
- Akum, N., & Tull, D. M. (2023). Strategic competition and African agency in the emerging global order (Concorrência estratégica e agência africana na ordem global emergente). Megatrends Africa Policy Brief, 13. Obtido em https://www.megatrends-afrika.de/assets/afrika/publications/policybrief/MTAPB13_Akum_Tull_2023_Strategic_Competition.pdf
- Reserva de caça de Amakhala. (n.d). Sustainable tourism (Turismo sustentável). Disponível online em: <https://www.amakhala.co.za/conservation/sustainable-tourism> (acedido: 12 de fevereiro de 2023).
- [Bodin, Ö. \(2017\). Collaborative environmental governance: achieving collaborative action in social-ecological systems \(Governança ambiental colaborativa: alcançar uma ação colaborativa nos sistemas socioecológicos\). Science, 357:1–8.](#)
- Bueger, C. (2015). What is maritime security? (O que é a segurança marítima?) *Maritime Policy* 53(1): 159-164.
- Bueger, Christian, Tobias Liebetrau e Jonas Franken. (2022). Security threats to undersea communications cables and infrastructure – consequences for the EU (Ameaças à segurança dos cabos e infraestruturas de comunicações submarinas - consequências para a UE), Análise aprofundada para o Parlamento Europeu comissionada pela Subcomissão da Segurança e da Defesa, 01/06/2022, [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_IDA\(2022\)702557](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EXPO_IDA(2022)702557)
- Cedras, A.V. (2020). Large ocean economies: A post-COVID narrative for small island developing states (Grandes economias oceânicas: uma narrativa pós-COVID para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento). Publicação no blogue do PNUD. https://www.mu.undp.org/content/mauritius_and_seyelles/en/home/blog/2020/large-ocean-economies--a-postcode-narrative-for-small-island-d.html

Chastanet, A. (2021). Unlocking financing for growth in Saint Lucia and beyond (Desbloquear o financiamento para o crescimento em Santa Lúcia e não só). Fórum Económico Mundial. <https://www.weforum.org/agenda/2021/01/unlocking-financing-growth-saint-lucia-beyond/>

Campeões do clima. (2022). Africa Carbon Markets Initiative was launched to dramatically expand Africa's participation in the voluntary carbon market (A Iniciativa para os Mercados Africanos de Carbono foi lançada com o objetivo de aumentar drasticamente a participação de África no mercado voluntário de carbono). Disponível online em: <https://climatechampions.unfccc.int/africa-carbon-markets-initiative/> (acedido: 14 De fevereiro de 2023).

Egede, E. (2023). UNCLOS 82: Africa's contributions to the development of modern law of the sea 40 years later (CNUDM 82: as contribuições de África para o desenvolvimento do direito do mar moderno 40 anos depois). *Marine Policy*, 148, 105463.

Comissão Europeia. (2020). Joint communication on the EU's International Ocean Governance agenda (Comunicação conjunta sobre a Agenda da UE para a governação internacional dos oceanos) [PDF]. https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/docs/body/communication-ocean-governance_en.pdf

Comissão Europeia. (2020). The EU blue economy report 2020 (Relatório da UE sobre a economia azul 2020). União Europeia. https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/2020_06_blue_economy-2020-ld_final.pdf.

Comissão Europeia. (2021). Feasibility study establishing EU-Africa task force (Estudo de viabilidade para a criação de uma task force UE-África). Obtido em https://cinea.ec.europa.eu/document/download/a17641a2-3fc4-48a5-8ae4-41d252b3063d_en?filename=FeasibilityStudyEstablishingEU-AfricaFaskForce-HZ0622034ENN_en.pdf

Associações de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA). (n.d). Brochura ECSA. https://www.ecsa.eu/sites/default/files/publications/ECSA_brochure_0.pdf

Serviço de Investigação do Parlamento Europeu. (2021). Understanding the European Parliament's powers and procedures (Compreender os poderes e os procedimentos do Parlamento Europeu). Obtido em [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690668/EPRS_BRI\(2021\)690668_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/690668/EPRS_BRI(2021)690668_EN.pdf)

União Europeia (2021). Feasibility Study on establishing an EU-Africa Task Force for policy cooperation and Dialogue on International Ocean Governance (Estudo de viabilidade sobre a criação de uma Task Force UE-África para a cooperação política e o diálogo sobre a governação internacional dos oceanos), Relatório final. Bruxelas, abril de 2021. Internet: https://cinea.ec.europa.eu/publications/feasibility-study-establishing-eu-africa-task-force-policy-cooperation-and-dialogue-international_en. Acedido: 13/02/2023.

União Europeia. (2019). At a Glance: The African Union's Blue Strategy (Em relance: a Estratégia Azul da União Africana). Bruxelas, março de 2019. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2019/635574/EPRS_ATA\(2019\)635574_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2019/635574/EPRS_ATA(2019)635574_EN.pdf). Acedido: 21/02/2023.

União Europeia. (2020). Rumo a uma estratégia abrangente para África. Bruxelas, 9.3.2020. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020JC0004&from=DE>. Acedido: 13/02/2023.

União Europeia. (2021). EU Initiatives in Africa (Iniciativas da UE em África). Mercator Ocean International. https://www.eu4oceanobs.eu/regional_initiatives/africa/. Acedido: 13/02/2023.

União Europeia. (2021). The European Union and Rwanda (A União Europeia e o Ruanda). Bruxelas, 5.8.2021. https://www.eeas.europa.eu/rwanda/european-union-and-rwanda_en?s=115. Acedido: 13/02/2023.

União Europeia. (2022) GMES & Africa: increasing use of EO data for sustainable development in Africa (GMES e África: aumentar a utilização de dados EO para o desenvolvimento sustentável em África), Notícias sobre iniciativas regionais da UE, publicado em: 23 de março de 2022. <https://www.eu4oceanobs.eu/gmes-africa-phase-2-kick-off/>. Acedido: 13/02/2023.

União Europeia. (2022). Briefing: EU action on ocean governance and achieving SDG 14 (Resumo: ação da UE no domínio da governação dos oceanos e concretização do ODS 14). Bruxelas, 2022. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/733517/EPRS_BRI\(2022\)733517_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/733517/EPRS_BRI(2022)733517_EN.pdf). Acedido: 21/02/2023.

União Europeia. (2023). Team Europe Initiative and Joint Programme Tracker – Sub-Saharan Africa (Iniciativa Equipa Europa e Joint Programme Tracker – África Subsariana). <https://europa.eu/capacity4dev/tei-jp-tracker/sub-saharan-africa?tab=tei>. Acedido: 13/02/2023.

Failler, P., Karani, P., Gilau, A. M., Hamukuaya, H., & Diop, S. (2020). Africa Blue Economy Strategy Implementation Plan 2021-2025 (Plano de implementação da Estratégia de economia azul em África 2021-2025).

Finance for Impact. (2021). Unsustainable finance in the blue economy (Financiamento insustentável na economia azul), Relatório de recomendações. Obtido em <https://www.finance-for-impact.com/uploads/publications/unsustainable-finance-in-blue-economy/Unsustainable%20Finance%20in%20the%20Blue%20Economy%20-%20Recommendations%20Report.pdf>

Gardiner, S.M. (2001). The Real Tragedy of the Commons (A tragédia real dos comuns). *Philosophy & Public Affairs*, 30:387-416.

Halais, F. (2019). How small islands can harness the ocean economy? (Como é que as pequenas ilhas podem tirar partido da economia dos oceanos?) Devex. <https://www.devex.com/news/how-small-islands-can-harness-the-ocean-economy-95290>

Hind, E. J., Hiponia, M. C. e Gray, T. S. (2010). From community-based to centralised national management—A wrong turning for the governance of the marine protected area in Apo Island, Philippines? (Da gestão comunitária à gestão nacional centralizada — Uma viragem errada para a governação da área marinha protegida na ilha de Apo, Filipinas?) *Marine Policy*, 34:54–62.

Comissão Oceanográfica Intergovernamental. (2022). Ocean Decade Progress Report 2021-2022 (Relatório de progresso da Década do Oceano 2021-2022). Kerwath, S.E., Winker, H., Gotz, A. e Attwood, C.G. (2013). Marine-protected areas improve yield without disadvantaging fishers (As áreas marinhas protegidas melhoram o rendimento sem prejudicar os pescadores). *Nature Communications*, 4:2347.

M’hamdi, N. A. (2015). The Relations between the European Union and Africa (As relações entre a União Europeia e África). Atlantic Future, Documento político, (3).

Maxim, C. (2016). Sustainable tourism implementation in urban areas: a case study of London (Implementação do turismo sustentável em áreas urbanas: um estudo de caso de Londres). *Journal of Sustainable Tourism*, 24:971–989.

Mjahed, H. (2022) African Hopes and European Needs: Key Challenges for African Gas Supplies to Europe (Esperanças africanas e necessidades europeias: principais desafios para o fornecimento de gás africano à Europa). Policy Centre for the Global South.

Moss, K & Pigeon, M. (2022) Stable Seas: Western Indian Ocean (Stable Seas: Oceano Índico Ocidental), Relatório. One Earth Future: https://safety4sea.com/wp-content/uploads/2022/03/Stable-Seas-Western-Indian-Ocean-Report-2022_03.pdf Banco Nórdico de Investimento. (2018). NIB finances the Nya Slussen project in Stockholm, Sweden (O NIB financia o projeto Nya Slussen em Estocolmo, na Suécia). Disponível online em: <https://www.nib.int/releases/nib-finances-the-nya-slussen-project-in-stockholm-sweden> (acedido: 14 De fevereiro de 2023).

Nature Conservancy. (2020). Seychelles hits 30% marine protection target after (Seychelles atingem objetivo de proteção marinha de 30%).

Ngoma, O. J., Sichinga, C., & Banda, F. M. (2022). Private sector investment in small-scale farming in Africa: A systematic review (Investimento do setor privado na agricultura de pequena escala em África: Uma análise sistemática). *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 6, Artigo 1040318. <https://doi.org/10.3389/fpos.2022.1040318>

Nyanga, C. (2020). The role of mangrove forests in decarbonizing the atmosphere (O papel das florestas de mangais na descarbonização da atmosfera). *Carbon-Based Material for Environmental Protection and Remediation (Material baseado em carbono para a proteção e remediação ambiental)*, editado por Mattia Bartoli, Marco Frediani e Luca Rosi.

Obura, D e Samoilys, M. (2021) “We must reverse the pressures on coral reefs before it’s too late” (Temos de inverter as pressões sobre os recifes de coral antes que seja demasiado tarde): <https://news.mongabay.com/2021/12/we-must-reverse-the-pressures-on-coral-reefs-before-its-too-late-commentary/> (acedido: 14 De fevereiro de 2023).

Ocean Risk and Resilience Action Alliance. (2023). Projeto: A social enterprise supporting small-scale fishing communities with

data, traceability and market platforms in Africa (Uma empresa social que apoia comunidades de pescadores de pequena escala com dados, rastreabilidade e plataformas de mercado em África) – ABALOB. <https://oceanriskalliance.org/project/a-social-enterprise-supporting-small-scale-fishing-communities-with-data-traceability-and-market-platforms-in-africa-abalobi/>. Acedido: 16/02/2023.

Ocean Risk and Resilience Action Alliance. (2023). What We Do: Driving investment into ocean resilience (O que fazemos: impulsionar o investimento na resiliência dos oceanos). <https://oceanriskalliance.org/what-we-do/>. Acedido: 16/02/2023.

OCDE (2016), *The Ocean Economy in 2030* (A economia dos oceanos em 2030), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264251724-en>.

OCDE. (2020). Sustainable Ocean for All: *Harnessing the Benefits of Sustainable Ocean Economies for Developing Countries* (Oceano sustentável para todos: aproveitar os benefícios das economias oceânicas sustentáveis para os países em desenvolvimento), *The Development Dimension* (A Dimensão do Desenvolvimento), OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/bede6513-en>.

Okafor-Yarwood, I., Kadagi, N.I., Miranda, N, A, F., Uku, J., Elegbe, I, O. e Adewumi, I.J. (2020). The blue economy – cultural livelihood – ecosystem conservation triangle: the African experience (O triângulo da economia azul – subsistência cultural – conservação do ecossistema: a experiência africana). *Frontiers in Marine Science*, 7:1-18

Ouki, M. (2019). Algerian Gas in Transition: Domestic Transformation and changing gas export potential (O gás argelino em transição: transformação interna e a alteração do potencial de exportação de gás). The Oxford Institute of Energy Studies.

Potgieter, T. (2017). Oceans economy, blue economy, and security: notes on the South African potential and developments (Economia dos oceanos, economia azul e segurança: notas sobre o potencial e os desenvolvimentos da África do Sul). *Journal of the Indian Ocean Region*, 14: 49–70.

Reva, D e Kumalo, L. (2020). Women in Africa’s maritime space (As mulheres no espaço marítimo de África). Instituto de Estudos de Segurança, Relatório África Austral 39, Pretória, junho de 2020. <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/sar-39.pdf>. Acedido: 13/02/2023.

Reva, D e Kumalo, L. (2021). Navigating beyond gender in the maritime sector (Navegar para além do género no setor marítimo). Instituto de Estudos de Segurança, Relatório África 35, Pretória, setembro de 2021. <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/AR-035.pdf>. Acedido: 13/02/2023.

Sberna, T & Oulwane, T. (2022): “The Great Blue Wall Initiative: At the Nexus of climate change, nature conservation and the blue economy” (A iniciativa Great Blue Wall: no nexo entre as alterações climáticas, a conservação da natureza e a economia azul). The Brookings Insitute: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2022/06/23/the-great-blue-wall-initiative-at-the-nexus-of-climate-change-nature-conservation-and-the-blue-economy/> (Acedido: 15 de fevereiro de 2023)

Schenkel, J. (2018). China-Backed Kribi Port Project in Cameroon Leaves Locals Frustrated (O projeto do porto de Kribi, nos Camarões, apoiado pela China, deixa os habitantes locais frustrados). Disponível online em: <https://www.dw.com/en/china-backed-kribiport-project-in-cameroon-leaves-locals-frustrated/a-42016788> (acedido: 13 de fevereiro de 2023).

Siikamäki, J., Sanchirico, J. N., Jardine, S., McLaughlin, D. e Morris, D. (2013). Blue Carbon: Coastal Ecosystems, Their Carbon Storage, and Potential for Reducing Emissions (Carbono azul: ecossistemas costeiros, o seu armazenamento de carbono e potencial de redução das emissões). *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 55:14–29.

Smith-Godfrey, S. (2016). Defining the blue economy (Definir a economia azul). *Journal of Maritime Affairs*, 12: 58–64.

Surban, V. (2021) *Africa’s combined exclusive maritime zone concept (Conceito de zona marítima exclusiva combinada de África)*. <https://issafrica.org/research/africa-report/africas-combined-exclusive-maritime-zone-concept>. IES, Relatório África 32

Swanepoel, E. (2020) Oil spills in the Western Indian Ocean: National Contingency Plans fall short (Derrames de petróleo no Oceano Índico Ocidental: os planos de contingência nacionais fracassam). Instituto de Estudos de Segurança, Pretória: <https://issafrica.org/research/africa-report/oil-spills-in-the-western-indian-ocean-national-contingency-plans-fall-short>.

Tirumala, R. D., & Tiwari, P. (2020). Innovative financing mechanism for blue economy projects (Mecanismo de financiamento inovador para projetos da economia azul). *Marine Policy*, 10: 4194.

Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. (2014). *The Oceans economy: Opportunities and challenges for small Island developing states (A economia dos oceanos: oportunidades e desafios para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento)*. Nova Iorque e Genebra: Nações Unidas.

Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) (2018). *Africa's Blue Economy: Opportunities and Challenges to Bolster Sustainable Development and Socioeconomic Transformation (A economia azul em África: oportunidades e desafios para promover o desenvolvimento sustentável e a transformação socioeconómica)*. Nairobi: Comissão Económica das Nações Unidas para África.

Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) (2018). *Africa's Blue Economy: Opportunities and Challenges to Bolster Sustainable Development and Socioeconomic Transformation (A economia azul em África: oportunidades e desafios para promover o desenvolvimento sustentável e a transformação socioeconómica)*. Nairobi: Comissão Económica das Nações Unidas para África.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2015). *Blue economy: sharing success stories to inspire change (Economia azul: partilhar histórias de sucesso para inspirar a mudança)*. <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/9844>.

Nações Unidas. (2016). *Africa's Blue Economy: A policy handbook (A economia azul em África: um manual de políticas)*. Comissão Económica para África, Adis Abeba, Etiópia. [https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/Africa%27s Blue Economy A policy handbook.pdf](https://www.un.org/africarenewal/sites/www.un.org.africarenewal/files/Africa%27s%20Blue%20Economy%20A%20policy%20handbook.pdf). Acedido: 13/02/2023.

Nações Unidas. (2023). *Go Blue: Connecting People, Cities and the Ocean (Mudar para o azul: ligar as pessoas, as cidades e o oceano)*. <https://unhabitat.org/project/go-blue-connecting-people-cities-and-the-ocean>. Acedido: 13/02/2023.

[Upadhyay, D. K. e Mishra, M. \(2020\). Blue economy: Emerging global trends and India's multilateral cooperation \(Economia azul: tendências globais emergentes e cooperação multilateral da Índia\).](#)

[Maritime Affairs: Journal of the National Maritime Foundation of India \(Assuntos Marítimos: Jornal da Fundação Marítima Nacional da Índia\), 16:30–45](#)

Walker, T, Kujeke M, Reva, D e Willima, D. (2021). Young Africans need a chance to skipper maritime security (Os jovens africanos precisam de uma oportunidade para liderar a segurança marítima). Instituto de Estudos de Segurança, Pretória, 9 de novembro de 2021. <https://issafrica.org/iss-today/young-africans-need-a-chance-to-skipper-maritime-security>. Acedido: 13/02/2023.

Watson-Wright, W., & Valdés, J. L. (2019). Fragmented governance of our one global ocean (Governação fragmentada do nosso oceano global único). Em *The Future of Ocean Governance and Capacity Development (O futuro da governação dos oceanos e desenvolvimento de capacidades)* (pp. 16-22). Brill Nijhoff.

Willima, D. (8 de junho de 2022). *Saving our oceans with Africa's Great Blue Wall (Salvar os nossos oceanos com a iniciativa Great Blue Wall de África)*. IES África. Obtido em 15 de março de 2023, em <https://issafrica.org/iss-today/saving-our-oceans-with-africas-great-blue-wall#:~:text=The%20GBW%20is%20an%20African,and%20support%20sustainable%20economic%20practices>



FUNDAÇÃO
ÁFRICA-EUROPA

Escritório de Bruxelas

Treesquare
De Meeûssquare 5/6
1000 Bruxelas
Bélgica

Escritório da Cidade do Cabo

The Oval
1st Floor Oakdale House
1 Oakdale Road, Claremont
Cidade do Cabo 7708
África do Sul

www.africaeuropefoundation.org